



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 145

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 145

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Ofícios	03
Indicações'	03
Requerimentos	04
Projetos de Lei	12
Grande Expediente:	
Apres. sobre as Cavalhadas de	
Guarapuava	16
Proponente:	
Dep. Artagão Júnior	16
Orador:	
Sr. César Krüger	17
Encerramento da Apresentação	18
Pequeno Expediente:	
Dep. Valdir Rossoni	18
Dep. Barbosa Neto	19
Dep. Cleiton Kielse	19
Dep. Plauto Miró Guimarães	21
Dep. Natálio Stica	22
Horário das Lideranças:	
Lider. do Bl. Parl. PTB/PL/PMR:	
Dep. Jocelito Canto	22
Liderança do PPS:	
Dep. Nelson Justus	24
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	24
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	25
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	26
1ª Discussão	29
Discussão Única (Proposições)	48
Requerimentos	50
Encerramento da Sessão Ordinária.....	50
Publicações:	
Atas de Comissão	
Redação	50

134ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2005

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: José Maria Ferreira, Luiz Accorsi e Ratinho Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofício:**

Sob o nº AL001009/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação, para execução do Programa BRALF. Ao conhecimento da Casa.

Indicações:**INDICAÇÃO Nº 070/2005**

Art. 1º Sugere o Governo do Estado do Paraná a implantar, nos municípios paranaenses, Centros de Cuidados Diurnos às Pessoas Idosas, para atender pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com renda igual ou inferior a um salário-mínimo

Art. 2º O Centro poderá ser implantado para dar atendimento às pessoas idosas dependentes e semidependentes de A.V.D. (Atividades de Vida Diária), que por carências familiares e funcionais não podem permanecer sozinhas no domicílio durante o dia.

Art. 3º O Centro disponibilizará atendimento de qualidade de atenção à pessoa idosa, carente de cuidados básicos diários sem possibilidade socioeconômica, familiar e psicossocial.

Art. 4º O Centro oferecerá atendimento de assistência ao idoso com equipe multidisciplinar nas áreas de assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividades física, lazer, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social.

Art. 5º O Governo do Estado poderá realizar convênios com os governos Municipal e Federal para a implantação destes centros, no municípios.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O Brasil conta hoje com 9,6% de sua população, ou seja, 16,7 milhões de brasileiros estão com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Muitos desses idosos, segundo levantamento realizado em 2003, vivem sozinhos. Hoje, 12% deste total vivem sozinhos e 24% apenas com o seu cônjuge. E eles estão nos municípios

paranaenses também, por isso precisamos nos preocupar com eles.

O Centro de Cuidados Diurnos à Pessoa Idosa funcionará a exemplo de uma creche, sem concorrer com as organizações "clube de idosos, associações de idosos" já existentes, oferecendo atendimento especial de assistência ao idoso. Os governos estadual e municipal poderão, de forma conjunta, contratar equipe multidisciplinar nas áreas de assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividade física, lazer, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social.

Hoje muitos idosos paranaenses vivem deprimidos, isolados, discriminados porque lhes falta convívio, a própria família muitas vezes prioriza o trabalho e os abandona. Buscamos, com o presente projeto, oferecer aos idosos esquecidos à vida, uma oportunidade clara de socializar-se com pessoas da mesma idade.

Certa de que estamos contribuindo para organizar a sociedade e por tratar-se de uma proposta com grande alcance social e humanitário, esperamos de todos os nobres Deputados e Deputadas a compreensão e o apoio para aprovação deste projeto de lei.

INDICAÇÃO Nº 071/2005

Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Art. 1º A criação do campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no município de Medianeira.

Art. 2º Ficando mantidos os atuais cursos do currículo universitário da extensão existente no município de Medianeira, com possibilidade de instalação de outros cursos de acordo com planejamento da Unioeste.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CHICO NOROESTE

Relatório Final da Comissão de Investigação

RELATÓRIO FINAL DE ACOMPANHAMENTO
ACIDENTE AMBIENTAL COM O NAVIO VICUÑA
BAÍA DE PARANAGUÁ
CEI - COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputados Membros:

Neivo Beraldin, Presidente; Ailton Araújo, Relator; Natálio Stica; Artágão Júnior e Waldir Leite.

Assistentes Técnicos:

Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenação; Pedro Luiz Fuentes Dias - IAP.

Órgão de Acompanhamento:

Defesa Civil - Ibama - Petrobras - Colit.

1. Apresentação

Este Relatório Final de Acompanhamento apresenta o resumo da situação dos trabalhos de limpeza de áreas contaminadas por derramamento de óleo, na baía de Paranaguá e adjacências, no período de 15 de novembro de 2004 a 14 de dezembro de 2005, em decorrência da explosão do navio Vicuña, de propriedade da Sociedad Navieira Ultragás (Chile), ocorrido em 15 de novembro de 2004.

É importante salientar que esta Comissão Especial de Investigação, designada pela Assembléia Legislativa, foi encarregada de acompanhar as ações de recuperação do ambiente contaminado, avaliar as estratégias estabelecidas e o fiel cumprimento das operações necessárias, visando sempre os interesses do Estado do Paraná, seja os de cunho econômico-social, bem como de relevância ambiental.

As análises técnicas apresentadas neste Relatório foram fundamentadas em Relatórios parciais de vistoria realizados por técnicos do Ibama e IAP, bem como através de inspeções realizadas pelos Assistentes Técnicos desta CEI - AL. Alguns capítulos constantes deste relatório são, portanto, transcrições dos relatórios do IAP e Ibama, notadamente quanto às ações desenvolvidas, situação das áreas e algumas das conclusões apresentadas.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação da Proposição nº 061/2005, item 16 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Barbosa Neto

REQUERIMENTO Nº 4078

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco dos itens 16 e 17 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 4080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 605/2005, item 12, por 02 Sessões.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 4081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 665/2005, Mensagem nº 052/2005, item 03, por 01 Sessão.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 4079

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente solicitar a retirada da pauta por dez Sessões, do Projeto de Lei nº 253/2005, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação a artigos da Lei Estadual nº 14.424/2004, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

REQUERIMENTO Nº 4083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 061/2005, Projeto de lei nº 705/2005, de autoria do Poder Executivo, que autoriza

a Secretaria de Estado da Educação a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 068/2005, Projeto de Lei nº 772/2005, de autoria do Poder Executivo, que visa incentivar a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS que especifica.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 060/2005, Projeto de Lei nº 704/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva isentar o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock,

Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 060/2005, Projeto de Lei nº 704/2005, de autoria do Poder Executivo, isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica fornecida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 069/2005, Projeto de Lei nº 782/2005, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multas e juros, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107

do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 025/2005, Projeto de Lei nº 343/2005, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 12.726, de 26/11/99, a fim de proporcionar condições, atribuições a ela cometidas pelo Decreto nº 1651, de 04/08/2003 (Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Suderhsa).

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 038/2005, Projeto de Lei nº 493/2005, de autoria do Poder Executivo, que cria o Instituto de Ação Social do Paraná - Iasp, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativa, símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 046/2005, Projeto de Lei nº 598/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação de uma entidade autárquica a denominar-se "Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 049/2005, Projeto de Lei nº 605/2005, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 055/2005, Projeto de Lei nº 668/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Francisco Bühler, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 053/2005, Projeto de Lei nº 666/2005, de autoria do Poder Executivo, que revoga as Leis nº 14.363 de 28/04/2004; nº 14.469 de 21/07/2004 e nº 14.585 de 14/01/2005, conforme especifica (ICMS).

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Francisco Bühner, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 016/2005, Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa de recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia conforme especifica.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Francisco Bühner, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 052/2005, Projeto de Lei nº 665/2005, de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14/11/96 (ICMS).

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Francisco Bühner, Alexandre Curi, Duílio Genari, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Nereu

Moura, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Rafael Greca, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 4098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 107 do Regimento Interno, a transformação da Sessão Ordinária de 14/12/2005 em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei nº 527/2005, que trata da proibição de repasses de recursos financeiros de publicidade, por tratar-se de interesse público.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Ademar Traiano, Renato Gaúcho, Arlete Caramês, Miltinho Pupio, Ailton Araújo, Waldir Leite, Marcos Isfer, Nelson Justus, Antonio Anibelli, Natálio Stica, Cleiton Kielse, Luiz Nishimori, Alexandre Curi, Rafael Greca, André Vargas, Chico Noroeste, Luiz Fernandes da Silva Litro e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 4070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 784/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Augusto "Bolão" Luís.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 4058

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da professora Ivanira Vale Bianchi, ocorrido na data e hoje, 13 de dezembro, aos 60 anos de idade, na cidade de Curitiba.

Foi professora, Diretora de Escola e Vereadora por três vezes na cidade de Nova Londrina. Deixa viúvo o Sr. Zelino Bianchi e quatro filhos.

Esta Casa reverencia a memória desta extraordinária professora, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências, e que seja oficiada a Câmara Municipal de Nova Londrina e a família em Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 4068

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adilson Eugênio Lote, aos 42 anos, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Loanda, pela passagem, no próximo dia 27 de novembro, de seus 50 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Álvaro de Freitas Netto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Pascoal Pilotti, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Loanda.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Loanda, que no próximo dia 27 de novembro de 2005 estará comemorando mais um aniversário de sua emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso, na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo dos 50 anos, não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos, portanto, através desta proposição, toda a população honesta e trabalhadora que continua dando a sua importante parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do Município.

Por esta razão, o Poder Legislativo do Estado do Paraná congratula-se com a comunidade, através deste

Parlamentar, certo de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 4046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Quinta do Sol, pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 41 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Florival Peres de Marcos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Carlos Alberto de Melo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Quinta do Sol estará, no próximo dia 14 de dezembro, comemorando com júbilo os 41 anos de emancipação política do Município.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador que continua ao longo desses anos colaborando para o constante progresso do Município.

Homenageamos também, com esta proposição, seus administradores de todos os tempos que sempre acreditaram e acreditam como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de Quinta do Sol, com este voto, toda a admiração e respeito, pela colaboração que vem prestando ao longo desses anos para o completo desenvolvimento do Município.

REQUERIMENTO Nº 4047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Peabiru, pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 54 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. João Carlos Klein, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Cláudio Iamagami, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Peabiru.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para todos nós, especialmente para a ordeira e trabalhadora população do município de Peabiru, que por intermédio da Lei Estadual nº

790, de 14 de novembro, foi criado o Município, com território desmembrado de Campo Mourão. A instalação deu-se a 14 de dezembro de 1952, sendo que o primeiro Prefeito foi o Sr. Silvino Lopes de Oliveira.

Toda a população, com alegria, irá comemorar festivamente a magna data, pois temos certeza que a população anseia por melhores dias, razão pela qual vem prestando sua colaboração através de um eficiente trabalho, visando o desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de Peabiru o reconhecimento e admiração por acreditarem num futuro próspero para o Município. São votos sinceros da Assembléia Legislativa por intermédio deste Deputado.

REQUERIMENTO Nº 4051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, ficando assim constituído: Wanda Santi Cardoso da Silva, Presidente; Rosali Michael Bacila Batista, Vice-Presidente e Luiz Eduardo Gunther, como Corregedor Regional.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados no seguinte endereço: Tribunal Regional do Trabalho, rua Vicente Machado, 147 - sobreloja - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4060

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações em comemoração aos 40 anos de serviços prestados na Assembléia Legislativa do Estado, pelo nosso Diretor Legislativo, Severo Olimpio Sotto Maior.

Os Srs. Deputados têm o conhecimento do excelente atendimento prestado na Diretoria Legislativa da Casa, pelo Severo e seus subordinados, não somente aos Parlamentares, como, também, aos seus auxiliares e ao público em geral.

Severo Olimpio, apesar de ser um verdadeiro arquivo vivo dos trabalhos legislativos da Casa, nunca deixou de ser cordial e humano no tratamento com todos que necessitam de seus préstimos.

Por isso, aproveitando que o dia de hoje é data do seu aniversário, apresentamos esse requerimento para homenagear um coxa-branca de grande valor.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(aa) NELSON JUSTUS

CESAR SELEME

Apoiamento:

Chico Noroeste, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, André Vargas, Barbosa Neto, José Domingos Scarpellini, Cleiton Kielse, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv, Durval Amaral, Padre Paulo Campos, Delegado Bradock, Elza Correia e Miltinho Pupio.

REQUERIMENTO Nº 4064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor Moisés Ramos, pelos seus vinte anos de pastorado e quinze como Presidente da Igreja Assembléia de Deus em Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4065

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor Moisés Ramos, pela sua posse como Presidente da Igreja Assembléia de Deus em Londrina.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4066

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor Ivo Luiz de Souza, pelos seus 44 anos de pastorado na Igreja Assembléia de Deus em Londrina.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4067

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam, após o consentimento do douto Plenário, formulados efusivas congratulações e votos de regozijo e de grande apreço ao Frei Dario Piana, por sua ordenação sacerdotal ocorrida no último sábado, dia 10 de dezembro, na Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima, da cidade de Guaraniaçu.

"A messe é grande, mas os operários são poucos", sempre nos lembra muito bem a Bíblia. De sorte, são felizes e especiais aqueles que aceitam a tarefa e a graça de serem obreiros, devotando-se a "recolher feixes para a eira do Senhor". São apóstolos, pregadores do Evangelho, mensageiros da Boa Nova, que o evangelista Lucas assim descreve: "Não o dizem somente com a boca, mas irradiam aquilo de que estão repletos; pregam a paz e possuem a paz. Quem está repleto de paz, saúda: paz a

esta casa, e se lá houver um homem de paz, irá repousar sobre ele a sua paz.”

É imensa a alegria e intenso o regozijo para as gentes, ao verem que, entre os seus, alguém agraciado com a dádiva divina da vocação de servir ao Altíssimo, aceitou a missão e se dignou a consagrar-se para seguir os passos do Mestre Jesus e, sobremaneira, em uma época em que fortes tendências culturais parecem levar ao esquecimento de Deus, sobretudo os jovens e as famílias.

Ser padre é ministério de imensa responsabilidade para aquele que, dia após dia, deve guiar e santificar os seus irmãos, encaminhando-os e dirigindo-os pelo caminho da santidade.

O sacerdócio é um dos sinais do amor de Deus. E, por assim pensar, formulamos ao neo-consagrado sacerdote Frei Dario Piana, para que seja firme na fé, no amor, na caridade e na esperança, alicerçando-se na premissa de que “Deus está sempre convosco”. E como disse o inesquecível Papa João Paulo II: “Com a ajuda de Deus, podereis percorrer os caminhos que levam ao coração de cada homem e anunciar-lhe que o Bom Pastor deu a vida por ele, e quer que ele participe do seu Ministério de amor e salvação... Se estiverdes repletos de Deus, sereis verdadeiros apóstolos da nova evangelização, porque ninguém dá aquilo que não possuir no coração”.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se, outrossim, seja encaminhada cópia da mesma ao congratulado, via correspondência a ser encaminhada a Rua Dona Maria Alves, 125 - Centro - CEP 11680-000 - Ubaituba - São Paulo.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, voto de congratulações à Seleção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pela conquista do 3º lugar no VI Campeonato Brasileiro de Futebol da OAB, realizado em Cuiabá (MT).

Requer-se, também, que a decisão do presente seja comunicada a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Após a conquista do 3º lugar no VI Campeonato Brasileiro de Futebol da OAB, realizado em Cuiabá (MT), em novembro deste ano, a equipe paranaense já planeja participar do XIII Campeonato Mundial de Futebol para Advogados, que acontece na Turquia, em maio de 2006, feito inédito para um time de Advogados brasileiros.

Os jogadores paranaenses foram campeões na edição do torneio de 2003, vice-campeões no ano seguinte e obtiveram o 3º lugar em 2005, num retrospecto favorável

ao time. O Campeonato Brasileiro de Futebol para Advogados é um evento do Conselho Federal da OAB e acontece há seis anos. A organização dos torneios anuais é de responsabilidade da Seccional sede - este ano foi no Mato Grosso - porém, com o apoio da OAB.

A ida da equipe ao VI Campeonato Brasileiro só foi possível graças aos patrocinadores e apoiadores, que em 2005 foram as Churrascarias Dom Gabriel e Giro Máximo, a Hugo Cini S/A, o Curso Prof. Luiz Carlos, a Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, a OAB Curitiba e a Paraná Esporte. As contribuições foram importantes e possibilitaram a preparação física dos jogadores e a participação no evento; a conquista do 3º lugar comprova tais fatos. A definição do próximo Campeonato será feita em 2006. Um dos candidatos mais empenhados é a cidade de Belo Horizonte, com o apoio da Seccional de Minas Gerais.

REQUERIMENTO Nº 4052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de regozijo pelo 50º Aniversário de Emancipação Política do município de Coronel Vivida, comemorado no dia 11 de dezembro de 2005.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Pedro Mezzomo, Prefeito Municipal de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Valdete Aparecida Vidal Moreira (Auto Escola Vicenza), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Maria Dirce da Silva Reis, pelos relevantes serviços prestados na área de Educação especial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Célia

Maria da Cruz, pelos relevantes serviços prestados na área de Educação especial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Marlene Chagas Veiga - Presidente da Associação de Proteção aos Idosos - API, Ana Rosa, pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Maria Aparecida Noronha Moraes, pelos relevantes serviços prestados na Associação Solidária pela Vida (Sovida).

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Homero Neto Ravedutti (Restaurante Paladarte), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Manoel Soares, pela excelente atuação política e trabalho social no município de Sertaneja.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 4049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, solicitando providências quanto às denúncias de pesca irregular e predatória no rio Tibagi e afluentes, principalmente nas regiões de Londrina, Primeiro de Maio, Sertãoópolis e também Porecatu.

Segundo os pescadores, neste período há um desfalque na fiscalização em função da operação verão, realizada no litoral paranaense, que desguarnece a fiscalização por parte do IAP - Instituto Ambiental do Paraná - na região mencionada.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 4095

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao jornal Semanário Norte Pioneiro, de Santo Antonio da Platina, e ao seu jornalista responsável Fábio Cardoso Ferreira, voto de repúdio pela edição e publicação da matéria caluniosa que envolve de forma vil e anti-ética a pessoa do 1º Secretário desta Casa, Deputado Nereu Moura, atingido de forma maldosa e desrespeitosa pelo referido órgão de imprensa.

Requer ainda, seja considerado o jornalista responsável *persona non grata* desta Casa e proibida a sua entrada em nossas dependências.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O 1º Secretário desta Casa, Deputado Nereu Moura, que merece o nosso maior respeito, foi atingido de forma desrespeitosa pela publicação de matéria caluniosa e anti-ética que o envolve em situação de constrangimento e, assim acreditamos, atinge e macula toda a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Pedimos também que seja declarado *persona non grata* o jornalista responsável pela publicação e proibida a sua permanência entre nós, porque macula a categoria dos jornalistas e seus bons profissionais que trabalham na cobertura diária de nosso plenário. A democracia exige respeito e esta Casa precisa tomar posição quando é atingida.

REQUERIMENTO Nº 4097

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, à Mesa, na forma regimental, seja manifestado seu total apoio à luta nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior - envolvendo professores das carreiras de 1º e 2º graus e ensino superior, por melhores condições de trabalho e salários, inclusive à greve nacional em curso.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Consideramos justas as reivindicações do movimento de paralisação e a luta em defesa da Universidade Pública e gratuita.

A reposição das perdas salariais acumuladas; a garantia da isonomia salarial entre carreiras de 1º e 2º

graus e ensino superior e a paridade de tratamento entre docentes ativos, aposentados e pensionistas, são condições de fundamental importância para a manutenção da qualidade de ensino e para a valorização do trabalho docente da rede federal de ensino.

Frente à rejeição, pelas assembleias de base da categoria em greve, do projeto do Governo Federal, pedimos a reabertura das negociações entre comando nacional de greve/ANDES-SN e MEC, no sentido de atender às reivindicações do movimento docente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 786/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo Estadual, suas Fundações, Autarquias, bem como todas as empresas onde o Governo do Estado possuir situação majoritária, deverão evidenciar os custos relacionados a todo o processo de produção, divulgação e veiculação de publicidade institucional de qualquer natureza, realizada através de jornal, televisão e outro(s) meio(s) de comunicação.

Art. 2º A informação sobre o custo da peça publicitária deverá estar inserida em cada veiculação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Legislativo Estadual aprova o orçamento do Estado. Nele constam projetos de interesse social, cultural, educacional e de manutenção da administração, com as respectivas dotações orçamentárias.

Há sempre uma projeção de receitas e das respectivas despesas. Ao final do exercício verifica-se que não foi possível a realização de certas despesas, por falta de recursos. No entanto, outras tantas foram realizadas a contento, entre elas as despesas de publicidade.

Cabe sempre ao Executivo a alocação de recursos nas diferentes dotações orçamentárias, e este o faz segundo suas prioridades de atendimento.

Considerando, porém, que nos últimos dez anos temos visto um gasto razoável com despesas de publicidade, é necessário averiguar se tais custos não são maiores do que os destinados aos projetos de maior interesse, quais sejam, os que atingem a área social.

As críticas sempre referem-se a "mais alarde do que execução", e com o presente projeto de lei, o Legislativo, bem como toda a população, poderão avaliar com maior clareza a destinação dos recursos.

PROJETO DE LEI Nº 787/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a denominar Anízio Andrade Silva a Escola Estadual de 2º Grau do Distrito de Campineiro do Sul, situada no município de Rosário do Ivaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Com essa denominação, estaremos homenageando o Sr. Anízio Andrade Silva, morador, comerciante do ramo de medicamentos e político pioneiro do município de Rosário do Ivaí.

Eleito Vereador pelo município de Grandes Rios, no ano de 1982, o Sr. Anízio Andrade Silva cumpriu mandato até 1988. Nessa época residia no então distrito de Campineiro do Sul que depois veio a ser distrito do município de Rosário do Ivaí, município este desmembrado de Grande Rios. No ano de 1989, Anízio foi eleito para o segundo mandato na Câmara Municipal onde desempenhou exemplarmente suas funções no Legislativo, até o ano de 1992.

Grande batalhador das causas do Município, principalmente do Distrito de Campineiro do Sul onde residia, Anízio foi defensor das causas sociais, sempre prezando pelo bem-estar de sua comunidade.

Anízio faleceu no ano de 1996, deixando muitas saudades a amigos e familiares que com ele tiveram a oportunidade de conviver.

Homem de olhar sereno, sorriso aberto e conversa franca, Anízio certamente torna-se merecedor da homenagem ora colocada para apreciação dos nobres Pares, não somente por ter sido ele um dos responsáveis pelo desenvolvimento do município de Rosário do Ivaí, mas também por sua conduta ilibada e pela grande contribuição que prestou como cidadão e homem público que foi.

PROJETO DE LEI Nº 789/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997, passa a vigorar com mais um inciso nos seguintes termos:

Art. 3º

IV - portadores de doença de Crohn, que é crônica e consiste em inflamação intestinal comprometida do trato digestivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação contendo exposição sobre a doença de Crohn, as pessoas que sofrem desse mal crônico necessitam constantes cuidados médicos para cuidados que atenuem os sintomas.

Tendo em vista a inflamação intestinal, o organismo da pessoa com a doença de Crohn não consegue absorver nutrientes, causando sérias deficiências no organismo e em muitos casos a dor é constante. Dessa forma, fundamental garantir a esses doentes condições de deslocamentos nos processos de tratamento.

PROJETO DE LEI Nº 790/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.162.342/0001-69, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º A Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc - nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º A Associação de Ginástica Rítmica, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social às crianças, aos adolescentes e aos seus familiares, que será periodicamente atestado pelo Estado por meio do Provopar.

Parágrafo único. Incumbe ao Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pela Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera MISABEL DERZI¹:

A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez "atendidos os requisitos da lei". A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.

A luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c. por força do que estabelece o artigo 146, II.

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatórios de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.

Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido "material" supre tal função, dispondo sobre os "requisitos" exigidos pela Constituição.

Para concluir mais adiante:

Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.

HUGO DE BRITO MACHADO² compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

"A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Neste mesmo diapasão, ROQUE CARAZZA³:

Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma "limitação consti-

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

2. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

3. in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pág. 14, cópia em anexo.

tucional ao poder de tributar". Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.

Na mesma esteira, IVES GANDRA MARTINS¹ consigna:

... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la "pro domo suo". Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Também SACHA CALMON NAVARRO COELHO²:

... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria com permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...

Esta SUPREMA CORTE, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem observância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador

comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelo costumes, da expressão "entidades beneficentes de assistência social".

Esta também é orientação jurisprudencial do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

"Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN."

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segunda Turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

"Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, "c", da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).

II - Apelação provida.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.

Ementa:

"Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea "c" e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal - Falta de Prova.

1.. omissis...

2.. omissis..

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem

1. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

2. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

que atenda os artigos 9. IV, alínea "c" e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea "c" da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida."

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: Juiz Wilson Darós

Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000

Ementa:

"A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar."

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.

Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ nº 68, 10/04/2002, pág. 512

Ementa:

"Tributário. Imunidade, Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º."

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados à Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc -, por meio do projeto de lei em foco, seria decorrente até

mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previsto *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- Não distribuir lucros (14, I);

- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);

- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, a Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc -, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmo requisitos, deve agora ser outorgada à Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc - que não só oferece atendimento completamente gratuito, às crianças, aos jovens e familiares, como também presta serviços de relevo ímpar, atuando na promoção e inclusão social de crianças das comunidades carentes, objetivando a cidadania, o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico e o bem-estar da comunidade aos participantes da Associação de Ginástica Rítmica - Aginarc - e seus familiares. Como grande meta.

PROJETO DE LEI Nº 791/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Porto de Paranaguá a investir em projetos de recuperação de toda orla marítima do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica autorizado a dragagem, drenagem e incremento (engorda) das praias do litoral paranaense, bem como construção de quaisquer obras necessárias para criação de infra-estrutura de contenção do avanço das águas marítimas junto às praias do Paraná.

Art. 3º Caberá a utilização desses recursos, em parceria com os municípios do litoral paranaense, em todas as áreas que se fizerem necessárias, educação, saúde, saneamento básico, área social, associações (pescadores... e todo tipo de infra-estrutura.

Art. 4º O recurso para o referido investimento se originará da arrecadação do Porto de Paranaguá.

Art. 5º Poderá com o mesmo recurso ser investido na infra-estrutura industrial projetada pelo Conselho do Litoral Paranaense baseada em diretrizes ambientais que sejam convenientes a cada município como o Porto de Pontal do Paraná, o Porto de Antonina e o próprio Porto de Paranaguá e sua infra-estrutura.

Art. 6º Poderá, ainda, o Governo do Estado do Paraná acrescentar orçamento complementar em qualquer hipótese para os investimentos que sejam determinados com recursos do Porto de Paranaguá.

Art. 7º Caberá à Associação dos Municípios do Litoral do Paraná - AMLIPA, a Superintendência do Porto de Paranaguá, ao Conselho Diretor deste e ao Governo do Estado, juntamente com os Prefeitos dos municípios litorâneos paranaenses a aplicação dos recursos.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A orla marítima paranaense constitui um valioso patrimônio público e um importante espaço de lazer, particularmente durante a época balnear, para os munícipes daquela região, turistas e economia local. Os múltiplos usos, públicos e privados, daquela faixa litorânea não podem constituir fator de degradação do meio ambiente, nem afetar o bem-estar da população que procura o litoral paranaense para negócios de investimentos e descanso familiar.

O projeto em questão vem ao encontro das reivindicações das comunidades litorâneas e que objetiva promover ações integradas em toda a orla marítima do Estado do Paraná, dotando as áreas a serem beneficiadas de infra-estrutura de lazer, de saúde, educação, serviços e práticas desportivas, incluindo o desenvolvimento do ecoturismo na baía paranaense, preservando seus manguezais e promovendo o desenvolvimento econômico-social das comunidades locais.

A natureza marítima vem galgando a orla paranaense desprotegida, causando deste modo grandes danos ao patrimônio público, social, ambiental, da biodiversidade, da economia e habitacional. De um modo geral, essa erosão e o avanço do mar no continente, deixam em perigo o futuro das cidades litorâneas paranaenses, atendendo a constante degradação das dunas que por si só, constituem um elemento de defesa natural.

Este projeto atenderá diretamente a manutenção permanente perante as mudanças das correntes marítimas que ocorrem em ciclo duradouro e as ações serão também

executadas concomitantemente às nossas necessidades imediatas e de futuro.

Com certeza a aprovação deste projeto alcançará todos os anseios do povo do litoral e do Paraná que tem buscado praias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pela infra-estrutura turística e de constante evolução que atualmente apresentam.

Temos a natureza a nosso favor. Só precisamos de mais estrutura.

Grande Expediente:

Apresentação sobre as Cavalhadas de Guarapuava

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria de cumprimentar o nosso amigo Dr. Nivaldo Krüger, que nos honra com a sua presença hoje.

O Grande Expediente de hoje está reservado, a pedido do Deputado Artagão Júnior, para a apresentação de um vídeo sobre as Cavalhadas que são originárias da região de Guarapuava.

Então, vamos inverter, como temos feito constantemente: antes do Pequeno Expediente faremos o Grande Expediente, que será reservado para esta apresentação.

Com a palavra o Sr. Deputado Artagão.

Proponente: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, amigos da imprensa que nos acompanham rotineiramente no trabalho.

Gostaríamos inicialmente de agradecer à presença do Senador Nivaldo Krüger que nos prestigia nesta tarde, ele que é homem público, de história muito bem conhecida e que certamente representou, representa e continuará representando um dos baluartes da nossa política do Paraná e um exemplo sempre a ser seguido.

Quero agradecer também à presença dos Vereadores de Guarapuava Valtair Alberti, Presidente da Câmara e João Napoleão que também aqui estão, e da nossa comissão organizadora do evento que estaremos falando. Estamos trazendo hoje a todos vocês, informações sobre as Cavalhadas de Guarapuava, evento típico, tradicional, do folclore paranaense, do folclore da nossa terra, com raízes, com tradições que há alguns anos vem sendo realizado na cidade de Guarapuava. Um projeto e um evento único no Estado do Paraná, que tem sido invejado por diversas cidades, por diversos estados do nosso país e por alguns locais no mundo. Temos recebido o apoio do Governo do Estado, inclusive quando, no ano passado, liberou recursos na monta de um milhão e quinhentos mil reais para a construção do Parque Temático das Cavalhadas que está dependendo tão somente da aceitação, por parte da administração municipal, para que esse Parque

Temático seja construído definitivamente na cidade de Guarapuava e para que possamos continuar desenvolvendo esta tradicional festividade, de raízes guarapuava-nas, de raízes da nossa região, levando educação, cultura e o nome do Estado do Paraná, aos quatro cantos do mundo.

Nesta tarde, pedimos ao Presidente, Deputado Hermas Brandão, que nos separasse o Grande Expediente, para que em rápidos minutos, em apenas cinco minutos, pudéssemos projetar um vídeo especialmente preparado sobre os eventos das Cavalhadas de Guarapuava, com algumas imagens daquilo que acontece na demonstração e na realização do evento e sobre algumas reportagens que foram realizadas, demonstrando a importância desse evento para Guarapuava e para o Estado do Paraná.

No ano que vem, estará sendo promovido em Curitiba, o Encontro da Organização das Nações Unidas, em março de 2006. As Cavalhadas de Guarapuava foram convocadas pelo nosso Governador, a serem apresentadas para o mundo inteiro. Sobre a coordenação deste projeto, está o nosso companheiro, amigo, César Krüger que é o Presidente da Ordem dos Cavaleiros e que comanda toda uma equipe, com a responsabilidade de levar aos quatro cantos do mundo, em março do ano que vem, as Cavalhadas de Guarapuava, um evento tipicamente paranaense, que merece, precisa e certamente, contará com o apoio do Governo do Estado, de todos esses Deputados e do povo paranaense.

Eu gostaria de apresentar o vídeo e, na sequência, convido o nosso Presidente da Ordem dos Cavaleiros, César Krüger para que também possa trazer mais algumas informações aos nobres Pares, certamente é um evento único, que já está sendo ensaiado em Guarapuava, com mais de setecentas pessoas envolvidas nesses ensaios e, que certamente fará com que o nosso folclore, a nossa tradição, a nossa cultura seja conhecida e divulgada aos quatro cantos do mundo.

(Apresentação do vídeo: A Ordem dos Cavaleiros de Guarapuava)

Orador: Sr. César Krüger (Presidente da Ordem dos Cavaleiros de Guarapuava)

O SR. CÉSAR KRÜGER

Exmo. Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados. Deputado Artagão Júnior, de Guarapuava.

É com grande satisfação que aproveito a oportunidade como Presidente da Ordem dos Cavaleiros de Guarapuava, que é quem coordena e mantém vivo esse folclore paranaense, que ocupo esta tribuna para rapidamente dizer aos senhores a importância desse evento.

Esse espetáculo reúne 1034 atores de todas as classes sociais e de todas as origens da cidade de Guarapuava. São todos amadores, com exceção de um ator contratado, e tudo é feito em Guarapuava. As cavalhadas

existiram no Paraná em 1850 na cidade de Morretes, logo em seguida Curitiba, Guarapuava, Palmas, Castro, Lapa e durante 60, 70 anos se constituíram numa festa folclórica mais importante do Paraná.

Com advento das imigrações na metade do século passado, as culturas estrangeiras de nossos colonizadores japoneses, alemães, poloneses, foram mesclando a diversidade da nossa cultura, e as cavalhadas, por ser um espetáculo grandioso e de difícil execução, foi sendo relegado a segundo plano.

Guarapuava, por ser uma cidade extremamente tradicionalista, conservou esse folclore que este ano completa 150 anos. É o sesquicentário.

O Paraná abrigou todas as gentes, todos os povos e assimilou a cultura de cada um deles, mas é importante que o Paraná preserve aquilo que é seu, aquilo que é eminentemente paranaense, que são as cavalhadas. Nós temos basicamente no Paraná dois folclores: o fandango e as cavalhadas. Espetáculo folclórico, somente as cavalhadas. E essa oportunidade de apresentar esse folclore paranaense na Conferência da ONU, é a única e deve ser aproveitada pelo Paraná da melhor forma possível.

Agradeço ao Deputado Artagão, pela oportunidade, ao Presidente Hermas e aos senhores pela paciência, e conto com o apoio de todos os Deputados para que possamos realizar esse evento e mostrar o que o Paraná produz para todo mundo.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer pela rápida explanação; é um resumo muito sintetizado daquilo que significa as cavalhadas de Guarapuava. É uma rápida colocação da importância que isto tem para o Paraná, como divulgação do nosso folclore e da nossa tradição.

Quero agradecer ao nosso Presidente, Hermas Brandão, pelo apoio já manifestado, pela abertura deste espaço, a divulgação das nossas cavalhadas, pelo apoio já dado ao evento. E agradecer ao governo, que apóia este evento através da Copel, da Sanepar, de autarquias e secretarias com patrocínio, inclusive, para que possamos viabilizá-lo na conferência da ONU, que será realizada em março do ano que vem.

É importante que nós nos esforcemos para manter nossa tradição. E, mais uma vez agradeço ao Presidente e certamente quero agradecer de antemão a todos os Deputados e amigos da imprensa, de todos os veículos de comunicação, pelo apoio, pela divulgação e pela potencialização que nós proporcionaremos divulgando nosso Paraná através desse evento que acontecerá ano que vem.

Muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos agradecer, creio que ao presidente da cavallhada, deste setor tão importante da nossa cultura, e

falar que a Assembléia está sempre à disposição para recebê-los. Foi uma satisfação recebê-lo nesta tarde.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, só para concluir: amanhã todos os Deputados e a imprensa estarão recebendo um material de divulgação dos eventos das cavalhadas. Os Deputados em seus gabinetes e a imprensa estará recebendo todo o portfólio, toda a documentação, material de divulgação desse evento e de explicação daquilo que será feito e como serão feitas, em março no próximo ano, as cavalhadas de Guarapuava. Muito obrigado!

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem V. Exa. não estava no plenário, levantamos uma Questão de Ordem quanto à questão do orçamento. Teve uma reunião da comissão e eu fui informado de que já havia sido deliberado o percentual que poderia ser suplementado pelo Sr. Governador.

Eu não me preocupei mais com a Comissão de Orçamento porque achei que o que está aprovado, está aprovado. Ontem houve uma nova reunião. Eu estava em plenário e de repente começou a correr uma Ata para colher assinaturas dos Deputados que não participaram do acordo. Colheram assinatura do Deputado Barbosa Neto que agora percebeu que não deveria ter assinado, como outros; pelo que estou percebendo, hoje já não assinariam mais.

Sr. Presidente, se for para as comissões se reunirem, aprovarem e depois num acordo de bastidores mudar tudo o que está aprovado, acredito que este não é o caminho regimental desta Casa.

Levantei essa Questão de Ordem no Dia de ontem, e por ser Deputado da Oposição, Líder da Oposição - somos poucos - parece que não me fiz ouvir, mas, quero fazer um alerta a esta Casa: estamos abrindo um precedente que nunca aconteceu aqui, e por esta razão, Sr. Presidente, acredito que seria melhor nos reunirmos e discutirmos essa questão, porque eu, com todo o respeito que tenho ao Presidente da Comissão, com todo o respeito que tenho ao relator, Deputado Marcos Isfer, com todo o respeito que tenho aos membros da Comissão, tenho todo o direito de participar, principalmente como Líder da Oposição. E agora, vejo pelo volume, está aqui o orçamento para ser votado. Não sei qual será o posicionamento de V. Exa., Sr. Presidente, da Mesa Executiva, mas estou fazendo um alerta, porque senão nós vamos aprovar hoje aqui, em 1ª discussão o orçamento, e amanhã vem

um Secretário de Estado aqui, Barbosa, e acha que tem algo que não poderia ser aprovado. Se regimentalmente nós pudéssemos emendar o que foi acordado ontem, a maioria tomaria a decisão; mas na verdade a questão do orçamento nós simplesmente homologamos o que foi decidido na comissão, só que na Comissão de Orçamento foi decidido duas vezes, foi decidido que era de 5%. Agora, numa segunda reunião, foi decidido que é 10%. E nós vamos votar o Orçamento do Estado.

Quero deixar o meu protesto à forma com que foi conduzido na Comissão de Orçamento.

Gostaria que todos os Srs. Parlamentares refletissem sobre este assunto, e eu não vejo condições para votarmos o orçamento no dia de hoje sem que tenhamos uma explicação desta questão. Gostaria que uma das decisões - quem sou eu para dar sugestões - mas uma das que eu daria é que nós tirássemos de pauta no dia de hoje e transferíssemos para o dia de amanhã, porque não é só este assunto que nós temos que discutir.

Obrigado Sr. Presidente pelo tempo que me concedeu, além dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só respondendo a V. Exa.

V. Exa. fez uma consulta à Mesa Executiva, qual é a posição da Mesa Executiva? Eu quero informar a V. Exa. o seguinte: todas as comissões nesta Casa têm autonomia necessária, e esta Mesa Executiva, oficialmente, recebeu só este parecer. Volto a afirmar a V. Exa., as comissões, enquanto encaminham à Presidência têm autonomia, e é essa autonomia que nós precisamos manter para as comissões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu concordo com V. Exa., porque V. Exa. tem que se basear na Ata da reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Ata que eu recebi!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim senhor, concordo com V. Exa., mas, acontece que as informações que tenho é de que houve uma outra reunião, não a de ontem, aonde foi aprovado o percentual de 5%. Então, por esta razão estou apenas fazendo um alerta do que ocorreu. Eu reconheço o seu posicionamento, vale a Ata, mas infelizmente a primeira Ata da reunião de Comissão de Orçamento não valeu, foi jogada no lixo!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. sabe a estima e consideração que eu tenho por V. Exa. Volto a afirmar, enquanto eu presidir a Casa as comissões terão autonomia completa. E esta Presidência, se tivesse recebido a 1ª Ata, estaria incluída. Mas a comissão tem essa autonomia para decidir e nos foi encaminhada a Ata que consta essa

emenda substitutiva que está aqui hoje publicada e distribuída para os Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Infelizmente o Instituto Ambiental do Paraná concedeu a licença prévia para a instalação da usina hidrelétrica de Mauá, no rio Tibagi, alagando uma área considerável entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba.

Pasmem, o Presidente do IAP assina essa licença, mesmo sendo contrário. O Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, também sendo contrário, concorda com isso: jogam a culpa nas costas do Governador Roberto Requião.

Mesmo que essa licença prévia seja condicionada, como eles estão dizendo, ainda terão que ser debatidos setenta pontos. Como é que se assina uma licença prévia com setenta pontos ainda a serem revistos? Além de conceder essa licença prévia que significa, na prática, que no dia 17, depois do leilão da energia na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, os tratores já estarão modificando o curso do rio Tibagi, elas ainda encaminham um ofício, um simples ofício para o Governo Federal, consultando esse governo para ver se aquela área está correta para ser o local de uma usina hidrelétrica!

Não estou falando de qualquer usina hidrelétrica. A maior usina hidrelétrica depois de Itaipu. Estou falando do rio que é o terceiro em extensão no Estado do Paraná, um rio virgem, corta 52 municípios! Que ocupa 13% do território estadual! Que nasce em Palmeira, perto de Ponta Grossa e deságua lá em Primeiro de Maio! Quem tem 550 quilômetros de extensão!

Não sou dono de um palmo de terra. Não tenho nenhum interesse, mas tenho a minha consciência tranquila e quero deixar aqui consignado para as futuras gerações. Para aqueles prefeitos que hoje acham que os royalties ou que os benefícios dos impostos vão fazer o desenvolvimento daquela região, para os desempregados, para os moradores dos municípios que serão afetados, porque a qualidade da água vai baixar ao extremo, vamos perder espécies de aves e peixes raros! Perderemos a última oportunidade de criar um canal de biodiversidade, um corredor para fazer a transposição da mata atlântica até o interior do Estado do Paraná! A última oportunidade!

Por que existe tanto interesse na construção dessa usina, se o Presidente do IAP e o Secretário do Meio Ambiente são contrários? Será que existe algum interesse de Camargo Correa, da Copel, do Grupo Votorantim? Estou falando das maiores empresas.

Infelizmente estamos lamentando na tarde de hoje! Mas quero deixar claro que estamos com a nossa consciência tranquila e dizer para o Ministério Público Federal,

através do Dr. João Akira Omoto; para o Ministério Público Estadual, através da Sra. Solange Vicentin; para o Núcleo de Estudos do Meio Ambiente da UEL, com a professora Dra. Maria Josefa Yabe; para a Liga Ambiental, na pessoa de Tom Grando, que a luta não foi em vão. Perdemos apenas uma batalha, mas não a guerra, porque há muito que se lutar. E continuaremos, mesmo que seja apenas com a nossa voz, nem que seja até para radicalizar. Alguns estão dispostos a pagar com a própria vida, como já aconteceu no Mato Grosso. Nós vamos continuar com essa luta que não será em vão.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna tratar de dois assuntos interessantes ao nosso Estado, mas aproveito e faço um referendo à questão da importância dessa usina que foi citada pelo meu amigo Barbosa Neto, que muito bem representa a região de Londrina.

Sou Deputado de Ortigueira e de Telêmaco Borba e nos dois municípios eu sou o Deputado mais votado, inclusive o Deputado Bradock divide conosco e tem um espaço muito grande naquela regional, e o povo dessa região está esperando, com ansiedade, Deputado Barbosa Neto, porque serão milhões de investimentos; serão quase dois mil empregos diretos; será a abertura, como feito há mais de cinquenta anos, quando União da Vitória sequer tinha condições de sobrevivência e, hoje, tem condições por dezenas de usinas que se encontram vinculadas, não só a União da Vitória, mas ao rio Iguaçu.

Fazendo um comparativo de arrecadação, nós lembramos Itaipulândia do meu amigo Dobrandino, que antes de termos a Usina Itaipu era uma cidade esquecida, era um distrito de Foz do Iguaçu e, hoje, é a cidade do Paraná que tem a maior renda *per capita* do Paraná, dando, comparativamente aos municípios da região metropolitana, quase quinze vezes mais a renda *per capita* lá no município de Itaipulândia.

Por isso, vejo que a questão ambiental é fundamental, mas o investimento, como a usina hidrelétrica, em qualquer município do Paraná e do Brasil, vem como bom alvitre na questão de rentabilidade e, em contrapartida, da natureza para os seres humanos.

Sr. Presidente, venho com dois assuntos muito interessantes, um deles é sobre o município de Matinhos:

Nós estivemos lá nesse final de semana, onde temos um problema muito sério com a questão do avanço do mar junto às nossas praias, junto ao recanto, à natureza, principalmente nas praias de Caiobá, Riviera e Flamingo, e tivemos uma notícia muito positiva sobre a questão do Porto de Paranaguá.

Há cerca de seis meses, estivemos em uma reunião com o Dr. Eduardo Requião, no Porto de Paranaguá e, agora, eles estão fazendo as limpezas dos canais das bóias 01, 02 e 03, que fazem a ligação dos municípios de Antonina, Morretes; estão fazendo a limpeza do canal da Galheta; autorizaram e serão lançados, agora, os projetos de licitação, aproveitando todo e qualquer resíduo limpo e serão, realmente, beneficiadas as praias com uma areia branca, que vai dar um enchimento da praia, fazendo a engorda da praia do município de Matinhos.

Isso é um referendo que custaria, se fôssemos comprar o trabalho das empresas holandesas que fazem o enchimento das praias no Brasil e no mundo, no mínimo, de cinco a oito milhões de reais para recompor as praias do litoral do Paraná. Com essa idéia que levamos ao Dr. Eduardo Requião, que foi aceita não só pela Diretoria do Porto, mas que hoje temos a convicção da liberação e autorização do Sr. Governador Roberto Requião, nós vamos ter, até meados do mês de março, uma nova praia para nossa querida Caiobá e para todos os outros balneários vinculados a Matinhos.

Vejo aqui o meu amigo Vanhoni, oriundo de Paranaguá, onde estamos apresentando hoje, novamente, porque já apresentamos na metade do ano e por algum motivo esse projeto não deu encaminhamento da maneira como era necessário, mas estamos reencaminhando-o hoje, já com aval da Comissão de Constituição e Justiça, analisado pela Casa Civil, e pelo Orçamento do Estado, fazendo com que o Porto de Paranaguá, a partir de agora, de 2006, tenha a possibilidade de investimento, Deputado Stica. Temos uma projeção para o ano que vem, de arrecadação de nove bilhões entre mercadorias importadas e exportadas pelo porto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Requeiro, se não for usado, o horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o Líder do PMDB, Deputado Antonio Martins Anibelli. Ausente, o Deputado Bradock: está concedido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Obrigado, Sr. Presidente. Esse projeto vai demandar um investimento na ordem de um bilhão de reais sendo passível e possível não só o litoral do Paraná, principalmente a nossa querida Paranaguá aonde foram investidos quase quarenta milhões de reais na reconstrução de toda malha viária de Paranaguá e que hoje com este projeto, se for autorizado por esta Casa, se conse-

guirmos montar a estrutura de parceria com os municípios, queremos transformar o nosso litoral numa coisa semelhante ao espaço de turismo que tem hoje em Santa Catarina.

Santa Catarina, hoje, não só nos traz a natureza, os belos recantos, mas uma idéia muito positiva de como se deve investir em turismo. Fazendo com que as avenidas que hoje temos uma grande dificuldade de acesso, apesar do Governador Requião estar investindo nos acessos de Guaratuba, de Pontal do Paraná, ainda temos muito que fazer no nosso litoral para podermos acompanhar o avanço de Santa Catarina em cima dos turistas do Paraná, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O Paraná perdeu muito espaço para Santa Catarina. O Governador tem feito o possível, mas com este projeto autorizatório aonde o Porto de Paranaguá com seus próprios recursos, como foi feito na cidade de Paranaguá, poderá investir esses recursos, que somamos para o ano que vem, quase um bilhão de reais em arrecadação, poderão ser reinvestidos no próprio litoral do Paraná. Fazendo uma parceria com o Conselho do Litoral, com a AMLIPA, que é a associação dos municípios, criando a possibilidade que nós todos sonhamos em ter largas avenidas nas nossas cidades do litoral; os balneários que sejam recompostos não só na questão da areia, dos balcões que são necessários para conter o avanço do mar e a mudança da questão marítima que está ocorrendo na nossa orla.

Vim, há cerca de seis meses atrás, discutir sobre a plataforma continental. Neste sentido trago uma informação de Brasília onde está na fase finalíssima a disputa entre Santa Catarina, São Paulo e Paraná, sobre a questão dos poços de petróleo aonde temos hoje uma renda de cerca de dez milhões de reais só com o ICM gerado pelos poços de petróleo.

Por isso, se conquistarmos essa questão do respeito à plataforma continental, mais ainda, a liberação dos recursos do Porto de Paranaguá para que venhamos a ter uma estrutura de turismo de apoio logístico e de toda estrutura necessária, para que o Paraná, o paranaense, o londrinense, o curitibano possa ir ao litoral tendo toda a possibilidade que hoje oferecem os demais recantos do país.

Tenho convicção de que o Porto de Paranaguá, o seu Superintendente, que já autorizou a construção e o enchimento das praias de Matinhos, Riviera e Flamingo, vai estar conosco investindo todos os projetos que sejam necessários, num balizamento próprio, tendo condições financeiras, tendo o apoio logístico de todas as Secretarias de Estado e fazendo com que o Paraná seja respeitado pelo que a natureza já nos ofereceu, que é um mar limpo, bonito e que não é tão frio quanto o Rio Grande do Sul.

Por isso, Sr. Presidente, encerro dizendo que esse projeto será importante para todos nós que estamos sonhando em um comparativo com o Nordeste, com o nosso querido Estado de Santa Catarina, termos

o volume de turismo que tanto o Prefeito Greca ofereceu, aqui, com os projetos em Curitiba, queremos para o litoral do Paraná, Deputado Rafael. É uma idéia que resgatamos de vários pontos do país, utilizando a parceria e o dinheiro do Porto de Paranaguá e investimento da infra-estrutura de todos os municípios do litoral paranaense.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

É para felicitá-lo e dizer que, infelizmente, o Produtor do Sul está engatado em Brasília. O Paraná e Santa Catarina cumpriram com a sua parte. Eu ajudei o Governador Luiz Henrique a montar o projeto de viabilidade, mas os governos do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul ainda não obtiveram o certificado de permissão, para o endividamento. Então, o Produtor do Sul está enrascado e encalacrado, em Brasília.

Fico muito triste, porque no Produtor do Sul havia os recursos para essas obras de infra-estrutura, que o litoral está a merecer. Inclusive, está a merecer um píer para navios turísticos, porque os navios passam ao largo da mais linda das baías do Sul do País, que é a baía de Paranaguá, onde está a fantástica natureza do Superagüi, o deslumbramento de Guaraqueçaba, a Ilha do Mel, que é um grande ponto turístico e vão direto para Porto Belo, onde está um píer turístico que eu, quando ministro, tive a alegria de viabilizar.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Acompanho o seu raciocínio, Deputado Greca e com esses recursos do Porto de Paranaguá, nós estamos encaminhando esse projeto, hoje, que terá a maleabilidade de investimento sob a sua arrecadação, diretamente ao litoral do Paraná. Vamos ter, sem sombra de dúvida, a possibilidade de encaminhar projetos de toda a ordem, buscando a criatividade dos prefeitos do litoral do Paraná, buscando a vontade do povo do Paraná e criando oportunidades do turismo permanente em nosso litoral. Infelizmente, o nosso litoral tem um turismo cíclico, que tem no máximo três meses de sobrevivência durante o ano, diferentemente dos municípios e até do Estado de Santa Catarina. Vamos investir nesse projeto. Estamos buscando a parceria, autorizada prontamente pelo nosso companheiro Eduardo Requião, que tem feito um belíssimo trabalho de recuperação do porto e também da nossa querida Paranaguá.

Aproveitar para agradecer, publicamente, ao Porto, pela autorização da licitação do enchimento das praias de Matinhos. Quicá, em 2006, estejamos juntos comemorando a reestruturação do nosso litoral, podendo ver as pessoas belas caminharem pela orla paranaense, mas trazendo turistas do Brasil inteiro, para conhecerem o nosso litoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Tivemos a visita do ex-Deputado Nivaldo Krüger e eu gostaria de registrar a visita do ex-Deputado Pedro Lauro Domaresk e do seu irmão Artur Domaresk, que nos honram com as suas presenças, hoje.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Eu queria anunciar a presença dos membros titulares do Conselho Estadual de Saúde - são 36 membros que estão aqui presentes. Estiveram presentes na VII Conferência Estadual de Saúde, do dia 01 a 04 de dezembro, em Foz do Iguaçu, onde participaram 1200 delegados do Paraná todo. Eles estão, aqui, hoje, para acompanhar a discussão do nosso orçamento.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faz quinze anos que estou nesta Casa e é a primeira vez que vejo um orçamento depois de ser votado, na comissão, no dia seguinte ser mudado. Inicialmente, pergunto Sr. Presidente, caso a Maioria decida votar contra o orçamento, qual é o procedimento que é tomado caso isso aconteça? Na história desses quinze anos, eu nunca vi, Sr. Presidente.

É a pergunta que faço à Mesa, para que eu tenha condição de formar uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Volto a afirmar o que já respondi ao Deputado Valdir Rossoni. A Comissão de orçamento não tinha ainda encaminhado a Ata da análise do Projeto de orçamento. O que chegou a esta Presidência é o que está aqui transcrito, que foi distribuído aos Srs. Parlamentares. Enquanto a Comissão não manda, tem poderes e tem autonomia para, com a maioria de seus membros, decidir da forma que achar melhor e foi isso que aconteceu. É essa a posição.

E se não aprovarmos o Orçamento deste ano, o que vale é o Orçamento do ano passado. Aí o Orçamento terá cento e cinquenta milhões para imprensa, terá uma série de vantagens.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero deixar registrado que no começo da semana tivemos uma informação que foi colocada nos meios de comunicação, que as praças de pedágio do nosso Estado seriam invadidas em determinado dia e a informação que

chegou até mim é que o dia foi mudado. Como anunciaram antecipadamente o dia que iria ser invadido, eles acabaram mudando a estratégia para a sexta-feira desta semana e vejo na imprensa que a Justiça, a pedido das concessionárias, acabou fazendo com que fossem expedidos os interditos proibitórios para que determinados grupos e pessoas que foram nominados pudessem ser penalizados caso viessem a invadir as praças de pedágio no Estado do Paraná e, naturalmente, como já vimos tudo isso em um passado próximo, que foi usado o Movimento Sem-Terra, onde, lembro-me perfeitamente, os meios de comunicação mostravam, estava o nosso amigo e ex-Deputado Acyr Mezadri, que faz parte do Fórum Popular Contra o Pedágio. Ele liderava as ações em conjunto com o Movimento Sem-Terra para que as praças de pedágio pudessem ser invadidas.

Agora ele novamente organizando, junto - de acordo com a imprensa estadual - com representantes do Sindicato dos Bares do Litoral, o Sr. José Carlos Chicarelli e também o Vereador e ex-Deputado Aparecido Custódio da Silva. Estavam à frente desse movimento e as empresas concessionárias acabam, na Justiça, conseguindo o interdito proibitório e caso esses manifestantes que aqui citei estiverem novamente, como fizeram no passado, junto com o MST à frente do movimento de invasão dessas praças, eles vão ser penalizados com multas que vão de mil até duzentos mil reais.

Então, está aí. Quero deixar registrado que é sexta-feira o dia da invasão. Mudaram de estratégia, porque foi denunciado. E vamos ver se na sexta-feira acontece aquilo que já foi anunciado nas praças de pedágio do nosso Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, na Escola de Governo, nós pudemos acompanhar alguns atos de grande importância para nosso Estado. Quero rapidamente destacar o convênio assinado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, onde o Ministério da Saúde do Governo Federal e a Secretaria de saúde do Governo, juntos, farão investimentos em sessenta e cinco pequenos hospitais de até trinta leitos nos pequenos municípios do interior do Estado do Paraná.

Mas, além desse ato, eu queria destacar a reintegração de dois funcionários da Emater que muito contribuíram com essa empresa, que é o Bandeira e o Walter Bianchini. O Bandeira que entrou na Emater em 1972, Deputado Dobrandino, e o Bianchini, em 1976. E ambos foram demitidos junto com outros servidores, em 1988. O motivo da demissão: uma greve dos servidores,

naquele momento. Passado algum tempo, a grande maioria dos demitidos foram readmitidos, ficando, apenas e tão-somente, o Bandeira e o Bianchini, que eram os principais líderes, pois eram diretores da Associação dos Funcionários da Emater, de fora. Uma injustiça que hoje é corrigida. O Governador Requião, ao assinar a reintegração do Walter Bianchini e do Bandeira, traz de volta dois companheiros que têm uma contribuição enorme a essa empresa que, inclusive, acaba de ser autarquizada em um processo que passou aqui nesta Casa, recentemente, e com certeza vai precisar, e muito, do apoio dessas duas pessoas que têm um conhecimento muito grande da Emater, e principalmente da extensão rural no nosso Estado.

Quero, portanto, parabenizar o Governador Requião que dá uma demonstração cabal, incontestada, da sua prática de seriedade no trato da coisa pública. Fez a reintegração desses dois companheiros por saber, e como disse hoje no seu rápido discurso: é apenas uma questão de justiça. Estamos corrigindo uma falha que vem de muitos anos e que pesou certamente na família desses dois companheiros nossos, companheiros que certamente sofreram as consequências de uma demissão política, naquele momento.

Portanto, Deputado Dobrandino, além das ações que hoje trouxeram para o Estado do Paraná, em conjunto com o Governo Federal, eu destaco essa ação do Governo do Estado, que corrige uma injustiça cometida e segurada por muitos anos desses dois valorosos companheiros.

Quero parabenizar a família do Bandeira, a família do Bianchini, que certamente passaram por momentos difíceis quando ficaram lutando na Justiça até dias atrás. E nós quando fomos ao Governador Requião, há alguns meses, quando tratávamos da discussão que estava em pauta nesta Casa, que era a autarquização, eu fiz um pedido pessoal ao Governador para que fizesse a correção dessa injustiça. E o Governador recebeu prontamente o Walter Bianchini e o Bandeira, e pediu para que o Dr. Botto acelerasse esse processo, em parceria com a secretária Maria Marta. E hoje fizemos e acompanhamos, com muita alegria, a assinatura da reintegração.

Parabéns ao Governo do Estado, portanto!

Parabéns ao Walter Bianchini e ao Bandeira, que foram as vítimas, e hoje estão vendo a justiça sendo feita. Muito obrigado!

Horário das Lideranças

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário das lideranças concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, do Bloco PTB/PL/PMR.

Liderança do Bloco PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde são dois assuntos. Primeiro na sexta-feira, pela manhã nós estaremos, juntamente com o Governador Roberto Requião, entregando na cidade de Castro, pela primeira vez na história daquela cidade e do Hospital Ana Menarin, dez leitos de UTI.

Muito tem se falado sobre saúde nesta Casa e muito tem se comentado, mas é importante destacar esse trabalho sério que o Dr. Cláudio Xavier e sua equipe vêm fazendo. É claro que por determinação do Governador os leitos de UTI têm que ser colocados em cidades importantes também dos Campos Gerais. E agora, Deputado Dobrandino, para alegria nossa, sexta-feira, o Hospital Ana Menarin, lá de Castro, vai receber uma Unidade de Terapia Intensiva com dez leitos. Isso é muito importante porque quando Castro recebe uma UTI, automaticamente desafoga a cidade de Ponta Grossa e melhora o envolvimento da saúde nos Campos Gerais.

Para quem tinha dezesseis leitos de UTI no final de 2002 nós vamos terminar o ano de 2005 nos Campos Gerais com 46 leitos de UTI's.

Srs. Deputados, isso é muito maior que dezesseis. Nos próximos dias o Governo do Estado autorizou (as Santa Casa já está fazendo), a colocação de mais quatro leitos neonatal, o que vai para cinquenta. Mais dez normais na própria Santa Casa, são sessenta. Posteriormente o Hospital Vicentino coloca mais dez, são setenta e finalmente mais dez leitos pediátricos colocados no Hospital das Crianças, leitos esses que a cidade de Ponta Grossa nunca teve. Aí chegaremos, Deputado Dobrandino a oitenta leitos de UTI's daqui a no máximo noventa dias. Aí faltariam dez leitos para chegarmos nos noventa. Está no aguardo do Hospital Evangélico colocar mais dez leitos e aí sim, vamos chegar aos noventa leitos de UTI's em Ponta Grossa. Para quem tinha dezesseis é um avanço considerável!

Concedo o aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Jocelito, V. Exa. é um crítico, na verdade, quando se trata de interesse público e vem fazer este reconhecimento do trabalho do Governo. Temos ouvido na Casa, Deputado Jocelito, muitas vezes críticas ao Governo, na área da saúde. Claro que nós sabemos da importância da saúde mas nós sempre colocamos o que V. Exa. está agora constatando: o esforço do Governo.

Hoje pela manhã vimos a assinatura de um convênio entre o Ministério da Saúde do Governo Federal com o Governo do Estado que vai repassar recursos aos pequenos hospitais do Paraná. Há poucos dias, na minha cidade de Foz do Iguaçu, - o Prefeito de lá, não é do nosso Partido - mas, o Governo do Estado assumiu o compromisso e anunciou o repasse de três milhões de reais para ajudar na construção do hospital municipal.

Então, quero destacar o esforço que se vem fazendo. Embora hajam críticas, nunca se fez tanto nessa área como este Governo está fazendo. Críticas sempre

vão surgir, nós vivemos num país democrático e isso é normal, mas uma coisa é certa: o Governo está fazendo e fazendo muito mais do que alguns imaginavam!

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Correto, Deputado Dobrandino.

Quero convidar, então, os Srs. Deputados, para inauguração dos dez leitos - nunca visto na história do Hospital Ana Menarin lá de Castro - que vão funcionar já no sábado. Iremos de dezesseis para quarenta e seis e se Deus quiser, em fevereiro, quando voltarmos a esta Casa, estaremos chegando perto de oitenta leitos de UTI's, já neste Governo.

E outro assunto que me traz a esta tribuna, é que o Governo do Estado recebeu recentemente três prêmios top de marketing concedidos pela ADVB (Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil), pelo programa 181 denúncia anônima de tráfico que é importantíssimo, pelo Paraná em Ação um belo programa de cidadania e o Portal do Dinheiro Público que hoje permite qualquer cidadão acessar, na internet, as contas do Governo. São três prêmios importantíssimos que o Paraná ganhou o 1º lugar a nível de Brasil. É um grande prêmio e certamente receberá de outros programas que estão em andamento.

Mas, gostaria de dizer que estou protocolando, hoje, um projeto ainda de maior transparência. Pelos excessos que tivemos no passado, estou protocolando hoje, nesta Casa, um projeto que tenho certeza que terá apoio dos Deputados, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado. Toda peça publicitária do Governo do Estado terá que constar o custo a partir desse projeto, toda inserção que aparecer na TV, no cantinho vai ter que dizer essa inserção custou 5 mil reais. Isso serve para os jornais, para as rádios, para os outdoors, para toda mídia do Governo do Estado. Toda mídia que o Governo fizer terá que constar o custo daquela publicidade. Maior transparência que isso não existe em nenhum Estado da Federação. Vamos saber quanto está custando cada publicidade. Espero contar com o apoio dos senhores. Tenho apoio do Secretário Pisseti que achou que a idéia é boa. E vamos acabar com aquela folia de que um está ganhando cem, outro setenta, outro cinquenta.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Grande projeto. Desde já quero declarar o meu apoio a ele. Se nós analisarmos essa tal de verba publicitária, ela tem mostrado nos últimos meses, nos últimos anos que é um dinheiro que acaba sumindo dos cofres públicos e acaba sendo desviado irregularmente. E o grande exemplo é o tal do Valerioduto, o careca lá de Brasília, que utilizou a sua empresa para poder desviar recursos das empresas estatais e direcionar politicamente para quem bem entendessem. É uma boa idéia e acaba se moralizando esses discurso da verba pública e é uma

forma de mostrar para os paranaenses onde está sendo gasto o dinheiro em publicidade no nosso Estado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Esse é o nosso projeto. Peço apoio dos Deputados. É um projeto simples mas que visa organizar. Aí vamos saber quanto custa na TV, quanto custa no jornal. Peço aos Deputados que nos ajudem nesse projeto que acho que é o primeiro no país e que visa organizar a publicidade.

E mais uma vez, cumprimentar o Secretário Cláudio Xavier, por essa grande obra. Falamos agora, de Ministério da Saúde. Sei que o Ministério tem ajudado. Agora, muitas UTI's que estão sendo colocadas no Paraná, estão sendo bancadas sem credenciamento de Brasília, com recursos próprios do Estado, como essa de Castro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Com a palavra, a Liderança do PPS.

Liderança do PPS: Deputado Nelson Justus

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, quero prestar uma homenagem a um funcionário desta Casa, que hoje completa quarenta anos de Casa e eu, e vários Deputados, apresentamos uma moção de louvor ao nosso funcionário Severo Sotto Maior, que é uma bandeira viva nesta Casa, que tem ajudado tanto, que tem uma história aqui dentro. Tem quarenta anos de serviço dentro desta Casa.

Nesta oportunidade eu peço à Mesa e aos meus companheiros, que prestemos todas as homenagens a esse extraordinário moço que apesar de estar com o coração partido, por ter seu time caído para a segunda divisão, mas faz aniversário hoje de qualquer maneira e faz quarenta anos de Assembléia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Fica aqui o registro e eu falo neste momento, tenho certeza, em nome dos 54 Srs. Deputados desta Casa.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Corroborando com as palavras do Deputado Nelson, queremos avisar que o nosso funcionário Severo mudará de time a partir de hoje. Será torcedor do Atlético Paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Concedo a palavra à Liderança do PDT.

Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós protocolamos, no dia 26 de abril deste ano, um requerimento ao Chefe do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Viana Artigas, solicitando ao mesmo que agilizasse a confecção de Carteiras de Identidade, o Registro Geral, já que as pessoas esperavam até cinco meses para receber o documento no Instituto de Identificação de Londrina.

Eu fui questionado, fui aparteado por alguns Deputados que não acreditaram que isso seria verdade. Passados quase oito meses, nós até agora não recebemos a resposta e ainda o problema persiste. Agora há pouco eu recebia a ligação telefônica de uma pessoa, pedindo em nome de Fernando Brás de Pontes, cujo protocolo eu tenho o número, porque ainda está parado o processo de confecção da Carteira de Identidade desse cidadão paranaense, já que ele protocolou o pedido da confecção da Carteira no dia 1º de julho. Chegou agora no mês de dezembro, cinco meses depois e a resposta veio: "Não, volte em fevereiro ou março". Ele precisa desse documento para poder realizar um concurso. Nós temos aqui cópias de algumas reportagens e infelizmente temos que voltar a essa questão, primeiro dizer que parece que os requerimentos que são nossas atribuições regimentais, não estão valendo, porque o Governador disse que seriam respondidos em cinco dias úteis. Este aqui tem sete meses e até agora não veio a resposta. Apenas um, dos vários questionamentos que nós já fizemos via requerimento e não recebemos nem sequer uma resposta. Poderia apenas tomar um tempo do pessoal do Instituto de Identificação e alguma secretária do Dr. Luiz Fernando Artigas e responder; "olhe, infelizmente não dá por esse ou por aquele motivo". Nem isso, nem um ofício, nenhuma correspondência, nada, nenhuma satisfação e as pessoas estão sofrendo no Instituto de Identificação, na primeira cidade do interior do Paraná, que é Londrina. Ouça só o que disse, por exemplo, a Dona Maria Aparecida Gonçalves, de 38 anos: "pobre nasce para ficar na fila a gente já sabe, mas até para uma Instituição pública isso está muito demorado", disse ela que chegou às seis e dez, na fila, para ser atendida às nove da manhã, para receber uma senha e, ela não conseguiu.

Então, os estudantes perdem dia de trabalho, dia de estudo. As pessoas, com dor nas costas, eles acordam de madrugada, chegam às cinco horas da manhã, para receber uma senha, para protocolar um pedido, que diz aqui a propaganda oficial, que em vinte dias, olhe aqui: Em vinte dias cai prazo para emitir carteira de identidade. Isso no dia 10 de agosto, prazo para o recebimento caiu para vinte dias. Aonde? Nós não sabemos. Isso é um desrespeito às pessoas que não têm nem o direito de se identificar, de ter uma carteira de identidade.

Mais uma vez nós deixamos o nosso protesto em relação ao abandono, pelo que tange à questão da emissão da carteira de identidade no Estado do Paraná.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que enquanto ouvimos notícias de que Unidades de Terapia Intensiva serão instaladas nos Campos Gerais, o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, o HU de Londrina continua esperando a instalação dessas UTI's. Enquanto elas não são instaladas, cidadãos morrem.

Temos aqui cópias de jornais, em que está demonstrado, setenta pessoas morreram este ano no Hospital Universitário de Londrina, por falta de UTI. Esta não é uma afirmação deste Deputado, quem diz isso é o Diretor Clínico do HU, Dr. Cinésio Moreira Júnior.

Nós também já protocolamos por diversas vezes, e até agora não recebemos nenhum tipo de resposta por parte do Governo, dos requerimentos, questionando o Governo do Estado a respeito da instalação dessas UTI's. Já estamos no final do ano e a Secretaria de Estado da Saúde não conclui a sindicância para apurar as mortes dos pacientes nesse primeiro semestre.

O Promotor Paulo Tavares, dos Direitos e Garantias Constitucionais sequer recebe algum tipo de resposta para poder concluir também o procedimento administrativo que o Ministério Público está fazendo.

Enquanto isso, pessoas como a senhora Ana Lanza, de 78 anos, que deu entrada no hospital universitário com uma infecção urinária, veio a falecer por falta de leitos no Hospital Regional, que é referência para o interior do Paraná, e ninguém assume essa culpa. Eu mesmo já cheguei a elogiar o Dr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, na intenção de que ele realmente estava fazendo certo, e gostaria de continuar elogiando. Mas, infelizmente, chegamos ao final do ano e nem respostas recebemos aos nossos requerimentos. Muito menos uma satisfação, não a este Deputado, mas pelo menos para o Ministério Público, porque o Promotor Paulo Tavares precisa dessas respostas. O HU não tem condições até de afirmar ao certo, esse procedimento foi instalado no primeiro semestre deste ano e, até agora, nós não sabemos quais são os motivos que levaram a negar essa resposta.

Então, mais uma vez estamos mostrando a nossa indignação, os funcionários não podem ser culpados diante de tudo isso, porque muitas vezes, a população joga a culpa nas costas dos funcionários.

Esses funcionários, estão fazendo um trabalho ao qual não são remunerados. E vale salientar também e aqui vai a outra cobrança que os funcionários, os técnicos administrativos do Hospital Universitário, do Hospital das Clínicas, das Instituições de Ensino Superior, das Universidades Estaduais estão há onze anos sem receber aumento salarial, ou reajuste salarial e lamentavelmente o Governo do Estado acena com essa possibilidade e os funcionários do HU esperam, mas não conseguem receber.

Nós aproveitamos essa oportunidade para cobrá-los, cobrar o Governo do Estado, porque estamos chegando ao final do ano e infelizmente esse reajuste não vai

ser realizado neste ano, poderá ficar para o mês de fevereiro ou março e aí se isso realmente acontecer, será positivo, porque lamentavelmente isso não vem acontecendo.

Gostaria de ceder o aparte, mas infelizmente para não perder o nosso raciocínio, estamos utilizando também desse expediente a partir de agora, porque nós queremos centrar o fogo justamente nessas questões e que fique registrado aqui nesta Casa.

Temos pouco tempo para manifestar a nossa opinião, somos apenas em sete Deputados estaduais. Tenho certeza que eles terão o horário dos seus partidos, o horário do Pequeno Expediente para fazer os seus esclarecimentos. Este Deputado não recebeu da Secretaria até agora a resposta regimental que nós, dentro das nossas prerrogativas, fizemos. Infelizmente, deixamos registrado nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulta a Liderança do PFL. (**Declina**).

PT, PSDB. (**Declinam**)

Liderança da Oposição. (**Declina**)

Liderança do Governo. (**Declina**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à **ORDEM DO DIA**, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente:

Sobre a mesa, Relatório Final de acompanhamento do Acidente Ambiental com o Navio Vicuña na baía de Paranaguá, de autoria da Comissão Especial de Investigação da Assembléia Legislativa, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Indicação nº 070/2005, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Governo do Estado do Paraná a implantação de Centros de Cuidados Diurnos à Pessoa Idosa, nos municípios do Paraná e dá outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 071/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a criação do campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no Município de Medianeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4083 a 4094 e 4096, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 14/12/05 em Comissão Geral, para a votação dos Projetos de Lei nºs 705, 772, 703, 704, 782, 343, 493, 598, 605, 668, 666, 233 e 665/2005, de autoria do Poder Executivo. **Recebido; Protocole-se; de acordo com o artigo 107, parágrafo 2º, inclua-se na próxima Sessão decorrido o prazo de 24 horas.** À Diretoria de Assistência ao Plenário.

Requerimento nº 4098, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Ademir Traiano, Renato Gaúcho, Arlete Caramês e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 14/12/2005 em Comissão Geral de Plenário para a votação do Projeto de Lei 527/2005, que trata da proibição de repasses de recursos financeiros de publicidade, por se tratar de interesse público. **Recebido; Protocole-se; de acordo com o artigo 107, parágrafo 2º inclua-se na próxima Sessão, decorrido o prazo de 24 horas.**

Requerimento nº 4048, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispondo sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda da CCJ.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, fixando o valor da taxa de coleta e tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% do montante do valor da fatura de água. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. EM ANEXO PROJETOS DE LEI Nº 577/2005 E 596/2005. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CF.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2005, introduzindo e alterando incisos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, na forma que especifica (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

Para discutir, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos dando encaminhamento ao Projeto de Lei do Poder Executivo nº 665/2005. É importante que os Deputados observem, porque aqui no resumo que é colocado no projeto, na verdade ele não esclarece o que estamos votando. Mas, é importante nós nos aprofundarmos.

Vejam o que altera esta lei. Gostaria que os Deputados prestassem muita atenção, porque nós estamos mexendo com quem paga impostos. De um lado, o Governo, - num outro projeto aqui, que depois vamos discutir, ele oferece uma anistia. De um outro lado, neste projeto, no item 03, o de nº 665/2005, ele faz alterações interessantíssimas e que nós não podemos aprovar.

Vou citar o que altera: eleva de 10 para 30% a multa relativa a imposto não declarado. Segundo: eleva de 20 para 40% a multa nos demais casos, não recolhido o ICMS. A outra alteração: altera de 0,5 o valor da operação para 10 UPFC's por período de apuração. Outra alteração: altera de 5 para 20, pelo período de apuração, o contribuinte que omitir prestar informações.

O que quer dizer isto, Srs. Deputados? Na verdade, esse projeto, de autoria do Poder Executivo, penaliza os pagadores de impostos deste Estado. Porque de um lado nós temos um projeto, hoje, na pauta. se não me falha a memória, mas nós votaremos nas próximas horas, porque temos apenas dois dias, de um lado o Governo oferece uma anistia a quem não pagou os impostos. E, agora, manda um projeto para esta Casa aumentando o valor da multa para quem, numa eventualidade - vamos fazer o mês de novembro ou dezembro, o comerciante "x" ou "y" não pôde pagar os seus impostos, o ICMS. O Governo está aumentando, nesta lei, de 10 para 30%. Simplesmente inviabiliza o pagamento daquele imposto.

Quer dizer, a penalidade subir de 10 para 30% é querer dizer: "não paguem!" E há uma contradição. De

um lado o Governo manda uma anistia, o Refins. E de outro lado, penaliza aquele pagador de impostos que numa eventualidade venha a ter um atraso de um mês.

Só cito um exemplo, até didático: um empresário que venha, numa eventualidade, a neste final de ano ter dificuldades financeiras. Para pagar o 13º, ele deixa de pagar o ICMS. Se ele deixar de pagar o ICMS, pela lei de hoje, terá uma multa de 10% pela nova lei, que nós estaremos aprovando, ou rejeitando agora; aumenta de 10 para 30%. O quer dizer isso? Inviabiliza o pagamento daquele imposto atrasado. Então, por essa razão a contradição do Governo é muito grande: de um lado ele manda uma lei anistiando, criando Refins aos devedores, aos maus pagadores; e de outro penaliza aquele que eventualmente possa ter um atraso por uma circunstância que possa ser justificada. Eu acredito que 10% é um valor razoável na inflação que nós nos encontramos hoje. Agora, 30%, nós estamos jogando a inflação de cinco, seis anos em cima de um atraso. Por esta razão...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu passei página por página aqui, não sei se o Deputado encontrou, estou tentando encontrar a cópia desse projeto. Eu gostaria que a Mesa se pronunciasse sobre isso, por que não consta na Ordem do Dia de hoje, descontando naturalmente o tempo do Deputado Rossoni, inclusive concordando com o seu raciocínio: fiquei espantado de ter dois projetos dessa ordem, mas não consta na Ordem do Dia esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado André Vargas, na Ordem do Dia de ontem constou, e na Ordem do Dia de hoje não consta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas por isso, Deputado André Vargas, é que eu estou pedindo, se é que merece a atenção dos Parlamentares, estou colocando aqui a minha preocupação dessa alteração, porque já disse anteriormente, Deputado André, um industrial, um comerciante, um devedor de ICMS, por uma eventualidade atrasar um mês, ele vai ser penalizado em 30%, é a inflação de cinco anos. Nós não estamos mais trabalhando com inflação de 10, 20, 30%; nós estamos trabalhando com inflação de 5, 6%. Deputado Luiz Carlos Martins, atentai para essa questão porque nós estamos inviabilizando eventualmente aquele devedor de ICMS, que num determinado mês, não é aquele devedor contumaz, aquele que nunca paga; eu estou me referindo ao bom pagador, que por um problema pode um mês não pagar. Eu digo o seguinte: se você tem funcionários, quem você pagaria, o funcionário ou o ICMS? Se você, por problemas de caixa, tivesse que tomar uma decisão, quem você pagaria? Eu pagaria o funcionário, e nos próximos meses eu pagaria o ICMS com multa de 10%. Mas o Governo agora vem alterar o valor de 10% para 30%. Nós estamos trabalhando com

valores exorbitantes com a inflação atual, se nós estivéssemos trabalhando com a inflação de antigamente, mas nós estamos trabalhando com uma inflação pequena, e é muito grande o aumento de 10 para 30%. Eu sei aonde o Governo quer chegar.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Deputado, eu peço licença, gostaria, porque V. Exa. informou, eu estava pensando que era o Projeto nº 665, mas não acho aqui na pauta, e V. Exa. informou que estava na Ordem do Dia de ontem e não está na Ordem do Dia de hoje. A pergunta que eu faço é a seguinte: por que não vi ninguém até agora se inscrever para falar?

Esse projeto vai ser votado ou não? Se for votado, peço ao Líder do Governo para que proceda as explicações em relação ao que o Deputado Valdir Rossoni está argüindo nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O projeto será votado. Foi votado em 1ª discussão ontem.

Agora os senhores poderão fazer o encaminhamento e discutir o projeto e também encaminhar a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Apenas argumentei essa questão porque o melhor seria viabilizarmos aquele cidadão que não pagou o imposto.

Se deixarmos em 10% está de bom tamanho, acho que poderia ser menos. Agora, de 10% para 30%?! Imaginem, alguém que deve trinta mil reais de ICMS vai pagar, se for 10%, três mil. Se for 30% vai para nove mil.

Temos que ter o cuidado para não inviabilizar o pagamento. A única preocupação é essa.

Seria importante que não alterássemos esse valor. Sei o porquê dessa preocupação. O Governo está preocupado porque muitos contribuintes, num determinado momento, deixam atrasar os impostos e compram precatórios para pagar os impostos. Mas, não é penalizando o bom pagador que vamos resolver o problema. E, sim, aprovarmos aqui uma lei para os precatórios. Tem muita gente se utilizando disso, dou razão para essa questão.

Não podemos aprovar esse projeto. Temos que emendá-lo ou reprová-lo.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O correto seria que o presente projeto saísse da Ordem do Dia de hoje e o Líder do Governo trouxesse aqui amanhã os técnicos da Secretaria da Fazenda para apresentar a justificativa.

É a sugestão que faço ao Líder do Governo para que peça a retirada por quantas Sessões forem necessárias e que amanhã ele volte à Ordem do Dia.

Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Estou atento às palavras do Deputado Valdir Rossoni. É lógico que não queremos penalizar o contribuinte de forma ilegal e discriminada. A intenção do Governo não é com os pequenos, mas com os grandes. Os grandes, na intenção de fraudar o fisco, atrasam para se inscrever em dívida ativa e pagar com precatório, chamado título da dívida pública. É claro que isso vai lesar o fisco, o Governo.

Estou propondo retirar por uma Sessão o projeto e, depois, vamos trazer os esclarecimentos necessários para que o Plenário possa aprová-lo.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem) (Assentimento)**

Solicitaria a V. Exa. para que encaminhássemos o requerimento do Líder do Governo, solicitando a V. Exa. para que amanhã ele volte, na primeira Sessão, na Ordem do Dia, com a explicação devida, de acordo com a idéia do Deputado Vanhoni, para que pela manhã tenhamos uma explicação e conhecimento para poder votar à tarde.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, subscrevo o requerimento porque a intenção deste Parlamentar é apenas contribuir para que aproveemos um projeto que seja factível de ser aplicado, porque senão vamos aprovar algo que possa inviabilizar o pagamento dos impostos. Eu subscrevo o requerimento do Líder do Governo.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Para Encaminhar)**
Idem, idem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Então, está em votação o Requerimento nº 4081, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 665/2005, Mensagem nº 052/2005, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Não, é para colocar amanhã na primeira Sessão.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Voltando amanhã na primeira pauta!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Na próxima Sessão Ordinária!

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (PMDB)

Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Na próxima Sessão Ordinária. Está em votação o requerimento do Deputado Dobrandino. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 665/2005.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/2005, objetivando criar os cargos de agente universitário distribuídos entre Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Está em votação o Substitutivo ressalvado o projeto. Deputados que aprovam o Substitutivo permaneçam como estão. **Aprovado.** Está em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch e outros, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 731/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, acrescentando parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 14 da lei nº 11.580/96, instituidora do ICMS, de 14 de novembro de 1996. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Nós vamos votar favoravelmente ao projeto, mas eu já havia falado, inclusive com o Deputado Hermas Brandão, de que há um erro de técnica legislativa, apenas isso. Ou corrigimos na redação final, como já foi feito aqui, ou retiramos para corrigi-lo, porque está acrescentando os parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei nº 11.580, quando, na verdade, a Lei vai até o artigo 3º.

Então, teria que corrigi-lo para acrescentar os parágrafos, senão a lei fica absolutamente sem sentido e equivocada. Não sei qual seria o procedimento.

Podemos corrigir na redação final, mas é preciso que fique registrada essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Serão encaminhados à Comissão de Redação as suas ponderações, as suas reivindicações.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, alterando o artigo 1º da Lei Estadual nº 13.134/2001, aumentando a cota de reserva para os índios de 03 (três) para 06 (seis), no ingresso nas universidades públicas estaduais de ensino superior, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 028/2005, de 18/04/2005 em Projetos de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 191/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 191/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, altera o artigo 1º da Lei Estadual nº 13134/2001, aumentando a cota de reserva para índios, de 03 (três) para 06 (seis), no ingresso das universidades públicas de Ensino Superior, do Estado do Paraná.

O projeto já havia recebido parecer contrário desta Comissão, todavia, face recurso apresentado pelo Deputado autor, foi designado novo relator.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional e legal.

Segundo o artigo 24 da Constituição Federal, em seu inciso IX, o Estado possui competência concorrente para legislar sobre a matéria:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre:

XI - educação, cultura, ensino e desporto.

O aumento de número de vagas para índios nas universidades estaduais não encontra óbices na legislação e não gera aumento de custos pelo Estado, pelo que, o mérito da matéria deve ser discutido nesta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 191/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, altera o artigo 1º da lei Estadual nº 13.134/2001, aumentando a cota de reserva para os índios de 03 (três) para 06 (seis), no ingresso nas univer-

sidades públicas estaduais de Ensino Superior no Estado do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao mérito da matéria, consideramos estar presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 191/2005.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a discussão deste projeto, a questão do mérito nós não temos absolutamente nenhuma discordância, Padre Paulo, em relação ao seu projeto. Entretanto, hoje, estamos votando a legalidade e a constitucionalidade e essa matéria tem um óbice de natureza constitucional, embora tenha passado pela Comissão de Justiça, como legal e constitucional.

Essa questão de reserva dos índios, que é um pleito justo, de três para seis, esta Casa não tem condições de legislar, porque questão relativa aos índios é exclusividade da União, ou seja, compete à União. Toda e qualquer questão relativa às populações indígenas. Artigo 22 da Constituição Federal. Então, queria só colocar essa questão, não é o mérito Padre Paulo, mas este é um assunto que a Casa não tem competência para legislar, assim como outras questões. Queria apenas deixar consignado isso e votar contrariamente à legalidade e constitucionalidade porque esse projeto não é da sua questão jurídica, legal e constitucional para que possamos deliberar sobre esse assunto aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para Encaminhar, Deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Agradeço à Deputada Elza pela sua fala, mas quero dizer o seguinte: aqui, Deputada Elza, não se trata das universidades federais, mas da estadual. E da estadual é competência do Governo do Estado, sim. Por isso peço aos companheiros que votem favoravelmente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Está pedido, está colocada a sua posição, mas quero reiterar: todas as questões relativas a populações indígenas, está muito claro na Constituição brasileira, são de exclusividade do Governo Federal, da União. Mesmo sendo universidades estaduais, Padre Paulo, não estamos falando se é estadual ou federal, estamos dizendo em relação às populações indígenas. Para mim está claro, V. Exa. fez o seu encaminhamento, eu fiz o meu e a Assem-

bléia Legislativa do Estado do Paraná ou qualquer outro Estado brasileiro não tem competência legislativa para legislar sobre a questão das populações indígenas. Conforme preconiza a Constituição brasileira. Queria que registrasse o meu voto contrário.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Apenas para demonstrar uma certa preocupação que tenho com as cotas que estão se reservando hoje para os nossos universitários. Já temos cotas para os negros, para os índios, para os alunos que vêm da escola pública estadual. Deputado Padre Paulo, nada contra, não voto contra. Mas, na verdade daqui mais uns cinco anos, se continuar dessa forma, 100% das vagas serão destinadas para cotistas. Então, essa é a minha preocupação, acho que a Assembléia Legislativa tem que tomar muito cuidado com isso.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, sei que não estamos discutindo o mérito, mas faço um apelo aos Deputados para que aprovem o projeto hoje em 1ª votação, até porque a CCJ, que é uma Comissão composta por Deputados de todos os Partidos, deu o parecer favorável, a Comissão de Finanças deu o parecer favorável; acredito que estamos entendendo dentro desta questão não apenas a questão jurídica, mas também a questão política. Estamos aumentando de três para seis. Estamos na verdade, aumentando três vagas em mais de vinte mil universitários. Três vagas e estamos discutindo por conta de três vagas em meio a vinte mil, Srs. Deputados!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Na realidade, gostaria de corroborar com o pronunciamento da Deputada Elza. Não é questão do mérito, Deputado Tadeu Veneri, e sim da constitucionalidade. Não existe pequeno delito e o grande delito. O delito uma vez realizado caracteriza-se por uma infração legal. Não é questão de serem três vagas a mais, três vagas a menos, mas a competência. Não foi de autoria do Poder Legislativo. Portanto, entendo que o que foi colocado pela Deputada Elza foi que não seria de nossa competência estar discutindo este projeto muito embora o mérito seja extremamente interessante e louvável, ao qual até devemos quem sabe incentivar. Mas, na constitucionalidade vou me posicionar na mesma linha daquilo que foi colocado pela Deputada Elza Correia.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, primeiro esse projeto e todos que estão aqui passaram pela CCJ. Segundo, se é constitucional para três, é para seis. Porque a quota é de três - passaríamos, portanto, para a quota seis. Precisamos garantir as prerrogativas parlamentares, nesta Casa. A vontade do Parlamentar, do conjunto de parlamentares aferido pelo voto, dos pareceres das comissões que são feitos de

forma criteriosa. Está aqui o Deputado Durval Amaral, os relatores, o Vice-Presidente.

Portanto, encaminho favoravelmente esse projeto, Sr. Presidente, companheiros, Deputados e Deputadas, exatamente para fazer prevalecer a vontade do Parlamentar.

Voltando ao raciocínio: tem parecer favorável e mais do que isso, se é constitucional para três, o é para seis também.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Para Encaminhar)

Quero pedir que votem favoravelmente mais uma vez. Como outros Parlamentares estou trazendo informações fidedignas, que as três vagas garantidas hoje são de ordem estadual, matéria do Estado e não federal. Se existem três, podem ser alteradas para seis, como disse o Deputado André Vargas, agora, há pouco. Quero pedir que votem favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para Encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto e, depois, ao Deputado Natálio Stica.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, tenho que dizer que compete correntemente à Federação e ao Estado legislar sobre algumas questões, principalmente essa, em relação aos indígenas. Dizer que essa é uma lei que visa beneficiar esses irmãos legítimos donos da terra, que foram muito oprimidos pelo sistema e por um caldo cultural, hoje, todos nós sabemos. Estranha-nos o posicionamento de alguns que vão contra a inclusão social. Se os negros têm esse direito, se os membros de escola pública também o possuem, por que não os índios, que vão ser mais uma vez vilipendiados. Estaremos votando na condição de Líder do PDT e membro da Constituição e Justiça, coerente com a nossa posição, sabendo que é uma matéria constitucional e legal, que pode ser apreciada e votada. Em relação ao mérito, então, nem se fala, totalmente favorável a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero no sentido de tentar ajudar nessa matéria, nessa discussão, Deputado Padre Paulo e Elza, pedindo um pouco de atenção, pedir a compreensão dos Deputados que estão levantando a questão da inconstitucionalidade. Primeiro, há uma dúvida interpretação neste ponto específico. Porque não me parece que estamos legislando sobre a questão indígena e, sim, sobre o número de vagas que a universidade estadual vai deixar para a comunidade, que hoje me parece ser três e está se pedindo para que passe a seis - três a mais. Portanto, estaremos votando e deliberando pelo número de vagas. O que não é e não entra na questão legal específica do índio.

Digo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, porque quando Vereador em Curitiba, tive a oportunidade de apresentar um projeto que se tornou lei depois de uma grande discussão, que foi proibir o self-service nos postos de combustível. O Deputado Rafael Greca, na época em que começou essa discussão ainda era Prefeito e, depois parece-me que não mais quando votamos - não me recordo. A primeira discussão que era inconstitucional, porque combustível trata-se de esfera federal. Provamos que não estávamos discutindo combustível e, sim, a falta de segurança que é o abastecimento, a questão da saúde, quando uma criança inala os gases. Depois, a Constituição reviu, passou e foi lei em Curitiba e é lei em Brasília.

Da mesma forma, eu queria pedir a compreensão, Deputada Elza, parece-me que não estamos tratando da questão indígena, que compete à legislação federal, mas sim ao número de vagas, que essa compete à Assembleia Legislativa, porque vai deliberar quantas vagas ficarão para a comunidade indígena, mas as vagas são uma competência nossa. Por isso, queria pedir a compreensão e pedir o voto SIM, já que são apenas três vagas de uma comunidade que tanto sofre no nosso Estado e no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para Encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Em primeiro lugar quero dizer, em nome da Bancada do PMDB, que a Deputada Elza Correia não é contra a inclusão social. A Deputada tem sua vida pautada pelo apoio aos mais pobres dentre os pobres, pela solidariedade social e pela presença nos bairros e nas comunidades da sua cidade, Londrina, e da região Norte do Paraná, inclusive da comunidade indígena que há em Tamarana, perto da cidade de Londrina.

Em segundo lugar, quero trazer à Assembleia a minha experiência, porque ninguém lidou mais com índios do que eu, quando dos 500 Anos do Brasil. Índio, antropológicamente, é quem se declara índio. A Deputada Cida Borghetti, se se declarar índia, será considerada índia pela lei brasileira, com as suas raízes italianas fundadas no bairro de Santa Felicidade. Índio é quem se declara índio.

Agora, parece-me que essa questão de aumentar quotas é meritória do ponto de vista da misericórdia com as comunidades oprimidas, mas é inócua do ponto de vista que não assegura o acesso ao aluno da escola pública, à vaga da universidade pública. No meu ponto de vista, a boa lei é a que, se Deus quiser, será colocada na Lei de Reforma Universitária Federal: aluno da escola pública entra na universidade pública. E estou mandando pesquisar, porque parece que na universidade pública de São Paulo - USP - só entra aluno da escola pública de São Paulo. Só o Paraná, que é um Estado otário, que mantém

uma universidade estadual na fronteira, como por exemplo aquela escola de Direito de Jacarezinho, onde você vai fazer uma palestra e pergunta quem é do Paraná e todo mundo é de São Paulo. Era isso!

Agora, se todos se declararem índios, vão virar índios, porque é assim que os antropólogos raciocinam.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)

Em primeiro lugar, não é índio quem se declara índio. Não é esse o princípio constitucional de reconhecimento da nação indígena.

Quero, Sr. Presidente, também dizer que na escola pública de São Paulo, nas universidades de São Paulo não entram alunos de São Paulo, mas entram de todo o Brasil.

Mas, vamos para o projeto que especificamente estamos discutindo. Sr. Presidente e Srs. Deputados, a questão não é de se reconhecer índio, não é de se tratar das terras indígenas - se elas vão ou não ser ocupadas -, aqui não vai tirar direitos já consagrados universalmente dos nossos silvícolas, contemplados na Constituição, contemplados nos organismos internacionais. Aqui vamos, sim, contemplar os indígenas com um direito a mais em uma legislação estadual que nos permite, sim, legislar para beneficiar o ser humano e o índio, apesar de alguns entendidos lá no passado não os julgarem seres humanos, pois eram silvícolas, e inclusive a nossa amada Igreja Católica assim entendia logo no começo do descobrimento do Brasil.

Então, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, estava ouvindo o debate. Vi o calor do debate se pegar em uma questão, a questão da constitucionalidade ou legalidade e a Deputada Elza me alertou para essa questão. No mérito ela é favorável, ela está me dizendo aqui.

Agora vamos lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, ao Parecer do presente projeto de lei. *O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, altera o artigo 1º da Lei Estadual nº 13.134/2001, aumentando a cota de reserva para os índios de 03 (três) para 06 (seis), no ingresso nas universidades públicas estaduais de Ensino Superior no Estado do Paraná.*

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira.

Chamada esta Comissão a se manifestar em relação ao mérito da matéria, consideramos estarem presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência da Comissão.

Sendo assim, o Parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 191/2005.

Ora, esse parecer dado diz que é legal, é constitucional, Deputada Elza Correia. E esse parecer é da sua lavra, foi V. Exa. que deu esse parecer, está aqui. A senhora diz aqui que é favorável ao aumento de três para

seis. Aí já está o mérito, pois a nossa questão é exatamente essa.

Ora, Deputada Elza Correia, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, a senhora que colocou, não fui eu: *em relação ao mérito da matéria, consideramos estarem presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência*. Sobre a constitucionalidade e legalidade, isso a senhora disse, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou. Então, a senhora também foi a favor na questão da constitucionalidade, isso não são palavras do Deputado José Scarpellini, é o seu parecer.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese eu não ser índio e não me declarar índio, em que pese nós estarmos discutindo sobre matéria restrita ao território paranaense, aos limites do nosso Estado, esta matéria é da nossa competência, sim. E ela é uma matéria que vai se fazer justiça. E outro dia, Deputada Elza Correia, Srs. Deputados, estava vendo a Polícia Federal ir lá no território dos índios, no Parque Nacional do Iguaçu, e expulsar de lá os Avas Guaranis, levando presas crianças daquele território. Ora, o território brasileiro, que quando o descobridor aqui chegou, olhou tudo e disse: "Esta é a terra de Pindorama". Por que Pindorama? Pindorama era a terra da felicidade, do prazer e da prosperidade, que os índios chamavam de Pindorama, e que nós chamamos de Terra de Santa Cruz e depois de Brasil.

Vamos lá com a nossa polícia, a nossa polícia selvagem, com as algemas, com os camburões e prendemos os Avas Guaranis que são os donos desse território, dessas águas, desses ares, desses pássaros e desta terra. E agora, na hora de a Assembléia do Paraná votar uma matéria elevando em 100% as vagas aos índios (é 100% porque de três para seis é cem), nós vamos encontrar e querer encontrar aqui uma dificuldade constitucional para barrar ainda a vida do índio. Não, Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro, em que pese as divergências em algumas coisas, não pode se calar diante disso agora.

Estamos aqui, para neste encaminhamento, deixarmos registrada a nossa posição clara em relação àquilo que pensamos e queremos, desta terra!

Desculpem-me tomar este tempo mas acho oportuno em função das grandes injustiças que são cometidas contra o grande povo que, silenciosamente, foi sendo dizimado neste país, que são os índios! E contra também o povo mais pobre e mais marginalizado que, ao longo desses anos, vem sendo jogado no fundo das cadeias, das penitenciárias porque não tem advogado, não tem oportunidade de vida, não têm nada! E quando aparece alguma coisa aparece a obstrução constitucional para barrar o direito de alguns poucos que na verdade deveriam ser os muitos deste país!

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, temos que votar o orçamento, temos uma outra Sessão, são cinco horas da tarde, e eu não ima-

ginava que ao expressar a minha opinião, este é um Parlamento, nós temos o direito de expressar a nossa opinião, fosse causar esta celeuma de mais de uma hora de discussão em cima desse projeto!

Mas, é preciso também que se diga que esta Deputada está aqui há três anos e tem insistido numa questão que está intrinsecamente ligada à minha ação Parlamentar: o senso de justiça! Então, não adianta discursos calorosos tentando desqualificar a minha pessoa como se eu, que sou professora de História, inclusive História do Brasil, renegasse o direito do cidadão excluído que são os índios do nosso país entre outras pessoas que são os negros, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, os pobres, os velhos e por aí fora!

É preciso restabelecer, com clareza e com serenidade, que esta Deputada fez um parecer em relação ao mérito que eu assinaria, novamente, embaixo. Em relação ao mérito - e falei com o Padre Paulo isso - nenhum de nós, em sã consciência, pode ser contra esse projeto; entretanto, em relação à legalidade e à constitucionalidade eu questiono esse e outros projetos, em outros momentos, que votamos aqui, na minha opinião, com problemas de legalidade e constitucionalidade!

Qual é a diferença desta Deputada em relação aos outros que também podem emitir a sua opinião? Primeira votação, a votação número 1, não é mérito, é legalidade e constitucionalidade! Aqui, às vezes, distorcem, confundem, para tentar desqualificar esse ou aquele Deputado!

Vamos votar, eu vou manter a minha posição em relação ao mérito, eu estaria, estou e estarei sempre apostando na questão da inclusão social mas não é essa a discussão.

Não quero me alongar, não quero acender uma fogueira, não quero estabelecer aqui uma polêmica! Como foi colocado, parece-me até intencionalmente, por parte de algumas pessoas, tentando me desqualificar novamente dizendo da minha incoerência em relação à minha história. Chega! Chega! A questão aqui é: a 1ª votação é quanto à legalidade e à constitucionalidade, na minha avaliação há aí uma ilegalidade!

O Parlamento é soberano, o meu voto está colocado, vamos votar e não imaginava que a minha posição em relação a um projeto fosse causar um tumulto tão grande como este!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu sei que não foi essa a vontade do Deputado Rafael Greca, denegrir a Faculdade de Direito de Jacarezinho. Só queria deixar nos Anais que a Faculdade de Direito de Jacarezinho é uma das melhores do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É a melhor do Paraná e está entre as cinco melhores do Brasil.

Está em votação o Projeto nº 191/2005, de autoria do Padre Paulo Campos. Em votação. **Aprovado.**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para referir que o que não se diz não existe. Não falei mal da Faculdade de Jacarezinho. Disse que o Paraná deveria atentar para abrir as vagas das suas faculdades públicas para os alunos das escolas públicas das suas cidades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E eu só citei dados do Ministério da Educação do Governo Federal.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, quando fiz a colocação, disse exatamente isso, que esta não era a vontade e o sentimento do Deputado Rafael Greca, pelo contrário, que a Faculdade do Direito de Jacarezinho é uma das melhores do Brasil.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Apenas para registrar: foram três votos contrários; desta Deputada, do Deputado Anibelli e do Deputado Artagão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ficam registrados os votos contrários.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Questão de Ordem**)

Faço essa Questão de Ordem, porque falei esses dias com V. Exa. sobre a possibilidade de incluir na pauta o projeto de lei de minha autoria, que visa não permitir o repasse de recursos públicos para políticos com mandatos eletivos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pediria que essa solicitação de V. Exa. fosse transformada em requerimento para ser aprovado. Pedindo regime de urgência, porque enquanto não estiver em regime de urgência não posso.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Está em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então vai na pauta de amanhã.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2005, de autoria do Deputado Waldir Leite, dando nova redação a artigos da Lei Estadual nº 14.424/2004, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na Rede Estadual de Ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 037/2005, de 04/05/2005, em Projeto de Lei, pág. 14).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 253/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

O presente projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, visa alterar os artigos 1º e 4º da Lei Estadual nº 14.424 de 03 de junho de 2004, que trata sobre a exigibilidade da carteira de identidade para a matrícula na Rede Estadual de Ensino.

Pela proposta, haverá uma ampliação do alcance da lei, incluindo todas as escolas da rede pública e não só as estaduais.

Da Legalidade

Segundo a regra do artigo 23, inciso V, da Constituição Federal, é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, regra essa que combinada com o artigo 24, IX da Carta Magna e seu correspondente artigo 13, IX da Constituição Estadual, determinaram a possibilidade de legislar, concorrentemente com a União, sobre educação, cultura, ensino e desportos.

Da Conclusão

Não havendo óbice de natureza legal, nem quanto à técnica legislativa, sou pela constitucionalidade e regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 253/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, dá nova redação a artigos da Lei Estadual nº 14.424/2004, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para a realização de matrícula na Rede Estadual de Ensino.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à mesma.

Quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia entende que a proposição objetiva ampliar a Lei nº 14.424/04 aos alunos da Rede Pública Municipal do Estado do Paraná, o que por certo beneficiará milhares de alunos carentes que serão identificados.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 253/2004.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4079, de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 253/2005.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao município de Mandaguari, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projeto de Lei, pág. 17).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 590/2005

P A R E C E R .

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a autorização para cessão e uso de imóvel a município paranaense.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que a reversão tem destino município do Estado do Paraná, membro da Administração Pública Interna, portanto, resta clara a constitucionalidade do projeto e lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra vício de legalidade frente à Lei Complementar nº 95/98, claro em seu artigo 3º no trecho em que preceitua: "... revogadas as disposições em contrário." Nesse sentido, dispõe a referida lei:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Para a normal tramitação, então, sugere-se emenda que segue em anexo, na forma do artigo 137 do Regi-

mento Interno desta Assembléia, com escopo de sanar tal vício de técnica legislativa.

Desta forma, em sede de parecer, e desde que acolhidas às emendas sugeridas, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 590/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 590/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autoriza a doação de imóvel pertencente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao município de Mandaguari.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Isto posto, tendo em vista o mérito da matéria em exame, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 590/2005.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao Estado do Paraná, DER, ao município de Mandaguari, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projeto de Lei, pág. 18).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 591/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Miltinho Pupio, visa autorizar a doação de um terreno pertencente ao Estado, especificamente o DER - Departamento de Estradas e Rodagem - para o município de Mandaguari, com propósito de criar um parque ecológico denominado "Parque da Pedreira".

Legitimidade e Mérito

Há a previsão constitucional para a alienação de bens do Estado, porém, desde que observados critérios rigorosos previstos em lei, senão vejamos:

Desse modo a Constituição Estadual veio estabelecer:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e me-

diante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso)

Fica claravidente que o presente projeto veio atender à norma legal, encontrando-se em sintonia com ela.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à lei de responsabilidade fiscal. LC 101/2000, bem como a iniciativa da Propositura, porém encontrou um óbice quanto à técnica legislativa LC 95/98.

O artigo 3º do projeto deveria demonstrar expressamente as disposições revogadas, de acordo com o artigo 9º da LC 95/98.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos pela aprovação e regular tramitação dele, desde que atendida a emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 591/2005

Na forma do Regimento Interno desta Casa, artigos 136 e 137, sugere-se a emenda abaixo, passando o artigo 3º do projeto a ter a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca e 1 ilegível.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 591/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 591/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Mandaguari, imóvel que especifica, pertencente ao patrimônio do Estado - Departamento de Estradas e Rodagem-DER.

Fica disposto, que o imóvel será destinado exclusivamente à criação de um Parque Municipal ecológico, chamado "Parque da Pedreira".

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, alterando a redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002. (doação de imóvel ao município de Cafelândia). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103, de 27/09/2005, em Projeto de Lei, pág. 11).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 594/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Nereu Moura, o Projeto de Lei nº 594/2005, objetiva alterar o parágrafo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002 para dizer:

A prefeitura beneficiária poderá alienar o imóvel objeto da presente lei, seja de forma onerosa ou gratuita, para outra entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta. Estadual ou Municipal, desde que motivadamente, atendido o interesse público.

Justifica o autor que o texto original visava atender necessidade de abrigar as instalações da Câmara Municipal de Cafelândia. Diz ainda que: *a Câmara Municipal encontra-se devidamente instalada em outras dependências. E conclui: Todavia é de interesse da Administração Pública local dar utilidade diversa ao imóvel, sendo que uma eventual alienação a outra entidade da Administração Pública, seja Direta ou Indireta de qualquer das esferas da Federação, evitará que permaneça em seu território imóvel ocioso...!*

Da Legalidade e Constitucionalidade

Na estrita competência desta Comissão, tem-se que a iniciativa legislativa se adequa ao modelo disposto no artigo 65 da Carta Estadual.

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A reversão, forma de doação, encontra fundamento no artigo 10 da Constituição estadual:

Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito

público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Do Voto

Do exposto conclui-se que o Projeto de Lei nº 594/2005, encontra-se em condições para tramitação regular. **Voto favorável nos termos do parecer.**

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 594/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo alterar a redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Cafelândia.

Fica disposto que a Prefeitura poderá alienar o imóvel para outra entidade da Administração Pública, desde que atenda ao interesse público.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2005, estimando a Receita e fixa despesas para o exercício financeiro de 2006. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106, de 03/10/2005, em Mensagem, pág. 04).**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 605/2005

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 49/2005.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 2938 emendas, tendo sido acolhidas, destes totais, 1865 emendas, sendo 1425 emendas à despesa, 399 emendas ao conteúdo programático e 41 ao texto da lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais) para todas as áreas, as

emendas coletivas e as emendas recebidas nas audiências públicas.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implantação do conteúdo das proposições dos Srs. Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 276.441.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e hum mil reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontada por esta Comissão dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando o máximo do valor original.

Salienta-se que naquele montante estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da Comissão.

É de se notar que, ao acatar 1425 Emendas à Despesa, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos Srs. Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este Relator entendeu por bem alterar o artigo 13 do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à tecnicidade peculiar do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI Nº 605/2005

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2006, compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 18.510.469.810,00

(dezoito bilhões, quinhentos e dez milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dez reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$ 1.297.301.570,00 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 17.213.168.240,00 (dezessete bilhões, duzentos e treze

milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 38 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$	15.598.168.060
1.1. Receitas Correntes	R\$	14.180.420.690
1.2. Receitas de Capital	R\$	1.417.747.370
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$	14.300.866.490
2.1. Receita Correntes - Bruta	R\$	14.180.420.690
2.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$	1.297.301.570
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da Despesa	R\$	12.883.119.120
2.4. Receitas de Capital	R\$	1.417.747.370
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$	1.826.180.100
3.1. Receitas Correntes	R\$	1.692.607.130
3.2. Receitas de Capital	R\$	133.572.980
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$	1.086.121.640
4.1. Receitas Correntes	R\$	807.609.640
4.2. Receitas de Capital	R\$	278.512.000
5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$	17.213.168.240
5.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$	16.680.637.460
5.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$	1.297.301.570
5.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$	15.383.335.890
5.4. Receitas de Capital	R\$	1.829.832.350

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, objeto da Lei Complementar nº 115/2002.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção III Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 16.127.046.600,00 (dezesseis

bilhões, cento e vinte e sete milhões, quarenta e seis mil e seiscentos reais) e fixam a Despesa em igual valor, vedada a utilização destes recursos para o pagamento de despesas relativas à contratação de serviços de publicidade, de qualquer espécie, devendo as despesas referidas, quando for o caso, ser objeto de lei específica.

§ 1º Ficam excetuadas da vedação prevista no *caput* as despesas com publicação de atos oficiais cuja divulgação é obrigatória, e os gastos realizados pela Secretaria de Estado de Comunicação com a divulgação e propaganda até o limite das respectivas dotações.

§ 2º O Poder Executivo deverá excluir do Orçamento e dos seus Anexos as despesas com publicidade já programadas e proceder aos ajustes necessários ao cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as

Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.188.500.440,00 (um bilhão, cento e oitenta e oito milhões, quinhentos mil, quatrocentos e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei, vedada a utilização destes recursos para o pagamento de despesas relativas à contratação de serviços de publicidade de qualquer espécie, devendo as despesas referidas, quando for o caso, ser objeto de lei específica.

§ 1º Ficam excetuadas da vedação prevista no *caput* as despesas com publicação de atos oficiais cuja divulgação é obrigatória.

§ 2º O Poder Executivo deverá excluir do Orçamento e dos seus Anexos as despesas com publicidade já programadas e proceder aos ajustes necessários ao cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam no Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 6.800.200,00 (seis milhões, oitocentos mil e duzentos reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculação de que trata o artigo 57, da Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2005, está apresentado no Anexo VI desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de julho de 2005, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimentos da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as Transferências Federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 2% (dois por cento), por Projeto/Atividade das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

III - Abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos, I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, de acordo com o

disposto no artigo 36 da Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006.

IV - Abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), por Projeto/Atividade, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, de acordo com o disposto no artigo 36, da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006;

V - Proceder até o limite de 10% (dez por cento) por Projeto/Atividade, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei por Unidades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Projeto/Atividade, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações procedidas com base nas autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determina-

ções constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1.987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 19. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 20. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários a proceder a transferência para o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlôpar, apurado no Balanço Patrimonial de 2005, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005.

Parágrafo Único. Dos recursos a que se refere o *caput* deste artigo, a serem transferidos ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) serão destinados, prioritariamente, para reforço na dotação 5330.08244162.302 (Atenção a Pessoa em Situação de Risco Pessoal e Social), visando a implantação de "Centros de Cuidados de Idosos nos municípios do Paraná".

Art. 23. O saldo financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006, conforme disposto no artigo 33 da Lei nº 14.783 de 14 de julho de 2005.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas Estaduais ou estradas Federais concessionadas, conforme descrição constante no Anexo VII, desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2005, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005, ou de arrecadação do Detran, efetivada durante o exercício de 2006.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

§ 3º No anexo a que se refere o *caput* deste artigo no detalhamento da despesa da Região de Gestão e Planejamento - RGP VI - Cascavel - Projeto/Atividade 1180 - Construção e Restauração de Rodovias "Implantar rodovia municipal, trecho: Rio Chopin - Cel Domingos Soares (acesso a Cel. Domingos Soares) onde constou a quantidade '2,93 Km' corrija-se para '17 (dezessete) Km'".

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários a proceder a transferência para o Instituto de Ação Social - IASP, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro da Junta Comercial do Paraná - Jucepar, apurado no Balanço Patrimonial de 2.005, destinados à manutenção e ao equipamento das Unidades Sociais Oficiais, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado, antes da abertura da execução do Orçamento de 2006, a proceder à descentralização do Programa Escola de Governo e, conseqüentemente, a abrir nos Orçamentos da Universidade Estadual de Londrina, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, dotações

específicas, com seus respectivos programas de trabalho, destinadas a implementação de capacitação de agentes profissionais do Poder Executivo, através de cursos de pós-graduação. Os recursos orçamentários, no valor individual de R\$ 137.990,00, totalizando R\$ 551.960,00 são provenientes da atividade orçamentária 2.044 - Escola de Governo - SEAP, Natureza de Despesa 33903900 - fonte 100.

Art. 27. Altera no programa de trabalho do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, regionalização das metas, do projeto 1.218 - Mutirão pela Vida e da atividade 2.129 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa do Detran, a saber:

Onde se lê: Carlópolis

Leia-se: Estado.

Art. 28. Altera no Anexo V, o Programa de Obras da Atividade 2.273 - Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, retirando do Município de Fernandes Pinheiro, a Obra 007 - Construir Biblioteca, que passa a incorporar a Programação do Município de Ibema. Em decorrência da alteração no Programa de Obras, ficam procedidas as devidas alterações no Programa de Trabalho da referida atividade, no Anexo III.

Art. 29. Adicionar ao Programa de Trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recurso o remanejamento da Dotação: 0101.01031272.000 - Processo Legislativo, as seguintes metas:

"Implantar o quadro dos servidores (Projeto) Quant: 01";

"Promover ações de Assistência Médica e Previdenciária aos Agentes Políticos e Servidores - (Projeto) Quant: 02";

"Prover cargos efetivos mediante realização de Concurso Público (Concurso) Quant: 01".

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar na Estrutura Programática da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) visando à implementação do Fundo Estadual Antidrogas em cumprimento à Lei nº 14.264/2003, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.993/2004, utilizando como recurso parte da dotação 1101.16482171.187 - Integralização de Capital da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar - Natureza de Despesa 44906500 - fonte 100.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para implantar a Coordenação da Região Metropolitana de Londrina, utilizando como recurso a dotação 8130.15453061.347 - Integração do Transporte Metropo-

litano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento o valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para implantar a Coordenação da Região Metropolitana de Maringá, utilizando como recurso a dotação 8130.15453061.347 - 347 - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT, Natureza de Despesa - 44905100 - Fonte 112.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o programa de distribuição de calcário na dotação 6502.20601102.332 - Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, utilizando como recurso o remanejamento interno do grupo de fonte 01 do projeto/atividade sem alterar-lhe o valor da previsão inicial.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir na dotação 1184.16481171.865 - Casa da Família - Habitação Rural, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para realizar em parceria com o Governo Federal a Construção de 5.000 (cinco mil) habitações rurais, utilizando como recursos a dotação 1101.16482171.187 - Integralização de Capital na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, na Natureza de Despesa 44906500 - Fonte 100.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a incrementar na dotação 4103.12366012.140 (Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos) o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no Programa de Desenvolvimento do Ensino Profissional da Secretaria de Educação, visando ampliar o número de convênios firmados entre a SEED e a Arcafar-Sul - Casas Familiares Rurais, utilizando como recurso a dotação 4102.12122012.134 (Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEED), Natureza de Despesa 33903900 - Fonte 100.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2006, na estrutura da Administração Geral do Estado - Recursos sobre a Supervisão da SEPL - Programações Especiais Regionais e Multisetoriais, o valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) para elaboração de Projetos Viários e Ambientais de Integração dos Municípios de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana - Projeto Arco Norte, utilizando como recurso a dotação 2501.99999999.900 (Reserva de Contingência), Natureza de Despesa 33999900 - Fonte 100.

Art. 37. Os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13.666/2002 e 9.547/1991, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 38. As receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo Inciso I, artigo 43 da Lei Federal nº 4320/1964, serão destinadas em percentual mínimo de sessenta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual.

Art. 39. As receitas provenientes do excesso de arrecadação, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, serão destinados em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data base dos servidores públicos estaduais.

Art. 40. O Poder Executivo garantirá o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 92/2002, notadamente, seus artigos 74 e 79, implementando as ações de promoção de Pessoal (Ativo e Inativo) pertencente ao Quadro da Coordenadoria da Receita do Estado - CRE/SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 41. Passam a integrar a presente lei os Anexos: VIII - Emendas à Despesa, IX - EMendas ao Conteúdo Programático e X - Demonstrativo de Cancelamentos. O Poder Executivo procederá às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 42. Para atendimento as proposições de prerrogativa do Poder Legislativo e, as modificações apresentadas pelo Poder Executivo, por correção da Proposta da presente Lei, fica instituído o Anexo X que registra os cancelamentos procedidos, nas dotações nele consignadas, revertidos à dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, Natureza de Despesa 33999900 - A CLASSIFICAR, grupos de Fontes 01, totalizando R\$ 276.441.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e hum mil reais), os quais servem de recursos para suplementar o Anexo VIII - Emendas a Despesa.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

André Vargas, Ademar Traiano e 01 ilegível.

Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Discutir)

Não quero encaminhar, já fui à tribuna sobre essa questão. Apenas quero pedir a atenção dos Srs. Deputados, aqueles que não concordam com este orçamento, que votemos contra. Vamos marcar a nossa posição. Porque no ano passado alguns Parlamentares já marcaram a sua posição. É importante marcarmos, porque na verdade hoje, nós não temos nenhuma capacidade de intervir no orçamento. Por quê? Da maneira que estamos aprovando, estamos aqui três anos e nunca votamos uma suplementação de qualquer verba. Então, por esta razão colocamos o nosso posicionamento e votaremos contra a aprovação do orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

Sei que o orçamento é uma das grandes prerrogativas do Parlamento. É a maior prerrogativa que nós temos, mas votarei contra e não apresentei nenhuma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para Encaminhar, Deputado Marcos Isfer, relator do orçamento.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Gostaria de Encaminhar o parecer da Comissão de Orçamento dizendo que recebemos 2938 emendas, das quais acolhemos 1865, sendo 1425 emendas a despesas, 399 emendas ao conteúdo programático e 41 ao texto de lei. De acordo com as conversações havidas - e é importante que se ressalte que a Comissão teve o cuidado de fazer audiências públicas levando ao conhecimento da população o orçamento por todo o Estado do Paraná. E a Assembléia por isto tem que ser elogiada, porque pela primeira vez tomou esse tipo de atitude.

É importante que se diga que foi feita uma ampla discussão a respeito de emendas, se haveriam ou não, emendas. Foi convocado pelo Presidente da Casa, juntamente com a Comissão de Orçamento, uma reunião no Salão Nobre, onde o entendimento da maior parte dos Deputados foi de que haveria a apresentação de emendas. Nós estabelecemos tecnicamente o limite de um milhão e meio para todas as áreas, emendas coletivas e também, aquelas recebidas nas audiências públicas. É importante que se ressalte que, naquela oportunidade já se encontrava nesta Casa, uma Emenda mandada pelo DER em que pedia que fosse ampliado o valor para manutenção e recuperação de estradas. Entendemos que não poderia ser

uma Emenda do DER e sim, com a participação coletiva de todos os Srs. Deputados e para tal, fizemos a Emenda e coletamos assinaturas para que ela contasse com algo da Assembléia Legislativa e não apenas como direcionamento de Deputado A, B, C ou D. Entendemos, como sempre, que o Orçamento deve ser debatido, discutido, ampliado e deve ser feito aquilo que a Assembléia, no seu todo, entende e busca.

Fizemos então, como eu estava dizendo, o acatamento desses limites de Emenda e foram todos eles incluídos. As emendas das despesas perfizeram o montante de 276 milhões. Somando-se àquelas que já estavam incluídas no DER, aproximadamente cem milhões, somando-se às emendas individuais apresentadas pelos Srs. Deputados e mais cinquenta milhões decorrentes das emendas coletivas das audiências públicas.

Com isso, acatou-se e respeitou-se a prerrogativa constitucional dos Srs. Deputados que entendiam que deveriam acompanhar, fiscalizar, mas também, emendar.

Na Emenda Substitutiva Geral, o relator entendeu por bem alterar, além do parágrafo 13 do texto original, também outras alterações, visando restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo e respeitando a competência parlamentar.

Houve um pré-entendimento que, posteriormente foi modificado e é importante que se ressalte que ainda na manhã de hoje realizou-se uma nova reunião, com toda a Comissão, aonde ela entendeu que o fato de mantermos dez por cento de remanejamentos por projeto/atividade, permite um bom controle por parte da Assembléia. Por quê? Porque são 351 projetos/atividades. O maior projeto que é de recuperação, manutenção de estrada e infra-estrutura, é de 279 milhões. Dez por cento desse projeto, significam 27 milhões. Ou seja: se for a implantação de uma estrada ou conservação, não permite modificação superior a 50 quilômetros. Da mesma forma, nós temos outros projetos que constam com 400 mil reais, com 500 mil reais, com 600 mil reais por projeto/atividade, o que permite um remanejamento de 40, 50, 60 mil reais.

Então, é muito importante que a gente diga isso, para frisar que houve por parte da Comissão de Orçamento, todo o cuidado, todo o zelo para que este orçamento fosse amplamente debatido, discutido, para que, ao chegarmos ao momento da votação, pudéssemos estar muito tranquilos com o que estamos fazendo.

Eu não vou citar todos os artigos que foram modificados, mas como eu já disse, uma série de medidas que vão possibilitar à Assembléia, no exercício de 2006, exercer um controle muito mais efetivo, sobre a execução orçamentária do que nos anos anteriores.

Eu tenho, se algum Deputado tiver interesse, todos os índices, desde 1986 até 2005, perfazendo dez anos, todos os índices que foram adotados e que a Assembléia comumente tem. Posso lhes garantir que os índices que estamos adotando este ano são os mais rigorosos que já foram adotados por esta Casa.

Então, gostaria de encaminhar pedindo a todos os companheiros que votassem pela aprovação do Substitutivo em vez do projeto, porque nós entendemos que o substitutivo foi construído efetivamente pela participação ativa de todos os Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, ao encaminhar essa votação, gostaria de registrar que não apresentei nenhuma emenda neste Orçamento, primeiro porque eu não acredito: a exemplo do que o Governador já fez nos outros anos, ele não vai atender a emenda nenhuma, de nenhum Deputado.

Então, como eu não quero passar raiva ou criar falsa expectativa nas pessoas, não apresentei nenhuma emenda. Gostaria de registrar então, que não apresentando emendas, eu me sinto liberado para votar contra o Orçamento do Estado. Assim como eu gostaria de conclamar os outros 53 Deputados, para que votassem contra, porque o Orçamento do Estado do Paraná é feito pelo Executivo. O Executivo, então, não precisa de emenda, ou de Assembléia Legislativa do Paraná porque ele não vai acatar em nada as emendas propostas por este Parlamento.

Vou votar contra e quero registrar o meu voto contrário e, quero conclamar os 53 Deputados para votar também contra e deixar o Executivo fazer *ipses litteris* o que ele bem entender do seu Orçamento, pois ele vai fazer de qualquer forma.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Bancada do PT apresentou três emendas que foram acatadas e é sobre essas três emendas, que eu gostaria inclusive de comentar aqui quando eu encaminharmos a votação do Orçamento.

Art. 37. Os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data-base estabelecida pelas Leis nºs 13.666/2002 e 9.547/1991, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data-base dos servidores públicos estaduais.

Art. 38. As receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo inciso I, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, serão destinadas em percentual mínimo de sessenta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual.

Art. 39. As receitas provenientes do excesso de arrecadação, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme

disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, serão destinados em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data-base dos servidores públicos estaduais.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que neste ano, nós deveríamos ter talvez um superávit de quase um bilhão. Então, em função disso, Deputado Marcos Isfer, nós entendemos que foi correto quando se acatou essas emendas. As intenções apresentadas nessas emendas é que todo o excesso de arrecadação seja destinado à Educação, à Saúde e aos servidores públicos do nosso Estado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Para Encaminhar)

Sinto-me na obrigação de fazer uma colocação, porque como membro da Comissão de Orçamento, eu não posso, no meu entendimento, votar contrário àquilo que nós participamos através das discussões. Quero pedir licença ao Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que encaminhou para votarmos de forma contrária ao Orçamento, mas eu não participei até da reunião que foi decisiva e que causou essa celeuma interna. talvez, até por falha minha ou por cochilo deste Deputado, eu esteja faltando com a minha condição de Deputado na íntegra. Mas, outros compromissos me tiraram dessa reunião e o comunicado que foi feito, eu estava de viagem de Londrina para cá, quando foram consultados quatro Deputados. Portanto, quero pedir a condescendência do Deputado Valdir Rossoni. Estarei votando de forma responsável, inclusive para que o Governo tenha a sua governabilidade porque realmente precisa do Orçamento, para que os projetos que estão em andamento possam ser implementados no ano que vem.

Entendo até que foi uma conquista a realização de audiências públicas em cidades-pólos como eu participei em Londrina e principalmente o projeto por atividade realmente vai fazer com que o Governo tenha que pedir a esta Casa autorização para poder remanejar o Orçamento nos programas ou nas obras específicas. Portanto é o meu posicionamento.

Agradeço, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia, para Encaminhar.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Primeiro, queria elogiar e cumprimentar o Deputado Barbosa Neto, por sua coerência e o seu entendimento político de que se não cotarmos o Orçamento não haverá políticas públicas no Estado.

Queria cumprimentar o Presidente da Comissão, companheiro Bier e também Marcos Isfer que é o relator e quero estender esse cumprimento à Ana Beatriz que

está aqui, que é a Secretária da Comissão, durante todo esse tempo ficou junto com os Deputados assessorando a todos nós em relação a essa questão. Queria cumprimentá-la e a todos os seus colegas da Comissão e os funcionários do TC. Acho importante fazermos esse registro e dizer que participei o maior número possível de reuniões, encontros, audiências públicas, porque esse Orçamento foi amplamente discutido, foi dada oportunidade a todos aqueles que tinham interesse de participar do processo de discussão. Portanto, foi amplo, aberto e restrito, não só para o Parlamento, mas inclusive para a sociedade civil organizada que quis e que pôde participar desse importante debate do nosso Orçamento. Apresentei emendas coletivas com os colegas, também emendas individuais, porque isso faz parte da nossa ação parlamentar. Portanto, parabéns à Comissão e parabéns à Ana Beatriz e a todos os funcionários que trabalharam nesse processo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero cumprimentar a Comissão de Orçamento, na pessoa do Presidente, Deputado Ademir Bier, e também o Deputado Marcos Isfer e toda a sua equipe pelo brilhante trabalho que fizeram no Orçamento. Participei em Ponta Grossa de uma audiência pública que teve a presença dos técnicos da Assembléia, que se deslocaram, ouviram a comunidade sobre o Orçamento, pela primeira vez se discutiu Orçamento com vários membros da sociedade, com Prefeitos da região, todos participaram. E os principais assuntos debatidos, os principais pontos colocados estão no Orçamento que está sendo votado aqui, bem como todas as emendas que foram previstas pelo nosso Gabinete, de acordo com a determinação naquele valor, foram colocados no Orçamento.

Quero cumprimentar a Comissão de Orçamento e dizer que eu, particularmente, estou satisfeito com o seu trabalho e ao mesmo tempo, mais uma vez cumprimentar o Deputado Marcos Isfer e o seu Presidente Ademir Bier, que foram à cidade de Ponta Grossa pela primeira vez na história desta Casa, ouvir a população. E por isso participei daquele ato, - o Deputado Plauto também estava presente. É importante dizer que participamos, discutimos e hoje é momento de cumprimentar, porque não é fácil fazer o Orçamento do Estado. Fácil é criticar.

Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: entendemos perfeitamente a opinião daqueles que são contrários, temos respeito pelo Líder da Oposição. Mas, dizer que esse Orçamento, se ele não é o ideal, mas é o que se pôde fazer durante uma discussão muito grande. É o esforço dos nossos Deputados, da Comissão e toda a sua equipe. E temos certeza que com esse Orçamento o Governo poderá atender à grande expectativa da população do Paraná. Orçamento depende da realidade.

Eu queria pedir aos Deputados desta Casa que nos ajudem a aprovar o Orçamento, visando o interesse público, principalmente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, também como integrante da Comissão de orçamento, olhando a peça que vai a voto, agora naturalmente com todas as limitações, este Deputado tem dito permanentemente que o Governo não cumpre os índices de 12% constitucionais para aplicação em saúde. Ainda que não tenhamos condições de corrigi-lo automaticamente, é bom destacar que ao longo deste período, por esforço desta Casa, há um crescimento nos índices de aplicação dos recursos da saúde.

Vale dizer que os recursos considerados como de saúde e que não deveriam ali estar, nós temos membros da Comissão do Conselho Estadual de Saúde, recém-eleitos, eles poderão ser repostos, aqueles da Sanepar e da saúde dos servidores, através da emenda aprovada que pelo excesso de arrecadação e superávit por exercício, poderá ser destinado apenas para saúde e educação ou preferencialmente no percentual de 70% para a saúde e educação.

Portanto, o objetivo político é o de restituir o índice para esses dois itens, No nosso entendimento não há, ainda, o cumprimento integral por parte do Governo.

Segunda questão, Sr. Presidente, por um entendimento dentro da Comissão, houve um avanço muito grande no que concerne aos índices, como disseram os Deputados Barbosa Neto e Marcos Isfer, aos índices de remanejamento do Governo. Não está dado, neste Orçamento, isto é histórico, não está colocado um cheque em branco para que o Governo faça o que bem entender.

Não há possibilidade, portanto, de que o Governo, sem a aquiescência, a concordância desta Casa, remaneje livremente o Orçamento. Coisa que aconteceu no último período. O item de remanejamento do artigo 13 e vários incisos, trata apenas de remanejamento por projeto-atividade. Isto é histórico, é fundamental ser destacado, é a restituição das prerrogativas parlamentares. E esta Casa estará, portanto, contemplada com o peso político que de fato tem e que tem que fazer valer.

Também, Sr. Presidente, um contido, uma limitação, ainda que seja necessário para qualquer governo: os gastos com publicidade, também neste Orçamento há uma restrição.

Portanto, Sr. Presidente, votar favoravelmente a esta proposta orçamentária, que se é verdade que o Governo nos remeteu, é verdade também que os Parlamentares desta Casa ofereceram sua contribuição decisiva, fundamental, para a construção de uma proposta sintonizada com o Paraná. Não só com audiências públi-

cas. Não só com emendas parlamentares. Mas, também com a restrição ao índice de remanejamento.

É um marco sobre a sua presidência, a Presidência desta Casa, sobre o trabalho da Comissão de Orçamento que honrosamente componho e participo. Nós podemos aprovar um Orçamento sintonizado com o Paraná. Voto SIM, pelo Orçamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para fazer uma breve reflexão sobre a peça orçamentária, no que diz respeito à área da cultura.

É lamentável que nós não tenhamos conseguido um percentual significativo, que possa implementar uma política cultural no Estado do Paraná. Infelizmente, a peça que veio para esta Assembléia traz um decréscimo na ordem de 31% dos recursos para investimento na ação cultural no Estado do Paraná.

De alguma maneira nós estamos corrigindo isto, com duas ou três emendas apresentadas por diversos Deputados, no que diz respeito às áreas de cinemas e teatro. Esperamos que o Poder Executivo não vete as emendas, porque no ano passado as verbas de um orçamento de 17 bilhões de reais no Estado do Paraná para ação cultural em todo o Estado, foi na ordem de 4 milhões e cem mil reais.

E a verba para investimento neste ano está prevista na ordem de dois milhões e novecentos mil reais. É insignificante, se for assim é melhor fechar a Secretaria da Cultura do Estado do Paraná. O Governo do Roberto Requião é um Governo que tem se demonstrado, em algumas ações, sensível à questão cultural no nosso Estado. O Governador acabou de realizar este ano o primeiro vestibular da Escola de Cinema, que está afeita às verbas da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Gostaríamos de que as ações culturais no Estado do Paraná pudessem se desenvolver de uma maneira mais harmônica, para que o nosso povo, os estudantes, a população de maneira geral, pudesse usufruir os bens culturais que são forjados pelos talentos aqui do Estado do Paraná; e para isso é necessário que tenha uma política de fruição, uma política da construção de espaços e uma política de fomento, para que o teatro, a música, o cinema, possam florescer no nosso Estado.

Então, o apelo que eu faço aos Srs. Deputados, sobretudo à base do Governo, que na discussão em relação à peça orçamentária não permita que o Governo do Estado vete qualquer emenda colocada na área da cultura, porque sem essas emendas a Secretaria de Estado da Cultura fica numa situação de insolvência do ponto de vista da ação cultural, pois 31% de quatro milhões que era o mínimo, que era o pouco que já tinha, passa para dois milhões e novecentos; com as nossas emendas nós esta-

mos acrescentando mais dois milhões e meio, o que pode minimamente garantir a sobrevivência para o ano que vem, igual a este ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Srs. Deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que se dirijam às suas poltronas para que possamos fazer a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam o Orçamento queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, posso me abster de votar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deixar de votar?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

É.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Lógico, V. Exa. tem todo o direito!

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Eu gostaria muito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está dispensado, nobre Deputado.

Trinta e três aprovam. Os que rejeitam: seis, e três se abstêm de votar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só quero deixar registrado, eu me abstenho diante de todas as situações que já foram narradas pelo Líder da Oposição, e uma vez que sabemos que o orçamento jamais será realizado no próximo exercício.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Justificar**)

Sr. Presidente, nós votamos contra a peça orçamentária porque na verdade eu vi alguns discursos, alguns encaminhamentos aqui que não me convenceram. Foi fixado um milhão e meio para que os Parlamentares apresentassem emenda. Primeiro, é uma ficção; segundo, não existe isto em lugar nenhum escrito que se obrigue que o Parlamentar apresente apenas um milhão e meio. E lamentavelmente eu fiz aqui elogios à Comissão de Orçamento, mas hoje eu não posso mais elogiá-la. Ela fez a visita ao Estado inteiro, fez um belo trabalho, mas infelizmente na hora de fazer a redação do substitutivo pecou, lamentavelmente. E eu, por essa razão, voto con-

tra por tudo o que aconteceu, o acordo de bastidores na questão da mudança do percentual, essas questões. É importante que isso seja falado neste momento para que não aconteça isso na elaboração do orçamento do ano que vem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, denominando Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2005, de 18/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 647/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, visa à denominação de trecho da estrada PR-180/473, ligando os municípios de Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu.

Fundamentação

O projeto em questão está de acordo com o que estabelece a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Entretanto, esta Comissão sugere que o presente projeto seja baixado em diligências à Secretaria de Estado dos Transportes para que seja constatado que a rodovia em questão não possui denominação. Isso se faz necessário para que o projeto esteja pautado de legalidade e possa seguir os trâmites normais.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o qual determina que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Assim, sugerimos a elaboração de emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98. Portanto, faz-se necessária a exclusão da cláusula revogatória, na forma da emenda em anexo.

Desta forma, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei, pois conforme o ofício nº 309/2005 - AT, da Secretaria de Estado dos Transportes,

manifesta que nada consta em seus arquivos a respeito da denominação do trecho em pauta.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 647/2005

Fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 3º do Projeto de Lei nº 647/2005, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Reni Pereira, Hermes Fonseca, Delegado Bradock e Ademar Traiano.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 647/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 647/2005, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, denomina Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu, conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2005, autorizando o Poder Executivo a efetuar permuta do imóvel no município de Marechal Cândido Rondon, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Mensagem, pág. 06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 675/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar aquele Poder a permutar imóvel no município de Marechal Cândido Rondon.

Na justificação, o autor ressalta que permuta pretendida, *consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que, conforme demonstram conclusões de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - Seap, também da permutante Unioeste.*

Diz ainda, *que considerando o Plano Diretor do Sistema Viário do município de Marechal Cândido Rondon de construção de uma via e o prolongamento de outra avenida em propriedade da Unioeste (1.600 m² e 4.787,84 m²), iniciou-se tratativas com o Poder Público Municipal, o que resultou na edição da Lei Municipal nº 3.504, de 05 de setembro de 2003. A área da Unioeste a ser permutada será utilizada pelo Município para a construção de avenidas. A área do Município a ser permutada (96.800,00m²) delimita com outra propriedade da Unioeste (48.400,00m²) a Fazenda Experimental Dr. Antônio Carlos Pessoa, onde são desenvolvidas atividades dos Cursos de Agronomia, Zootecnia e Geografia. Assim, com a permuta, a Fazenda Experimental Dr. Antônio Carlos Pessoa seria ampliada, possibilitando à Unioeste oferecer os Cursos de Agronomia, Zootecnia e Geografia de forma mais adequada, assim como as atividades de ensino, pesquisa e extensão.* (sic)

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 675/2005

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei 675/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a permuta de imóvel no município de Marechal Cândido Rondon.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, a Unioeste e a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon acordaram a permuta objeto da Mensagem 056/2005 - Projeto de Lei 675/2005,

tendo em vista o prolongamento de via pública e a expansão da área da Fazenda Experimental da Unioeste.

Isto posto, tendo em vista o mérito da permuta de áreas de terra de que trata a matéria em exame, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 675/2005.

Sala das Comissões, em 12.12.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/2005, autorizando a Secretaria de Estado da Educação a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/2005, de 21/11/2005, em Mensagem, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 705/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a Secretaria de Estado da Educação a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed.

Na justificação, o autor ressalta que *a objetivada autorização à participação consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que, na referida associação de direito privado, fazem parte representantes de todas as unidades da Federação com a finalidade de desenvolvimento e implementação de políticas de melhoria da educação básica, utilizando-se de vários mecanismos, estratégias e parcerias, proporcionando ganhos compartilhados entre as Secretarias de Estado, destacando-se o intercâmbio e troca de experiências.* (sic)

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 705/2005

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que visa autorizar a Secretaria de Estado da Educação (SEED), a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed. De acordo com o presente projeto, fica autorizado o pagamento das anuidades do Conselho Nacional de Secretários da Educação - Consed, inclusive convalidando a participação da Secretaria de Estado da Educação no referido Conselho nos anos de 2003 e 2004.

Fundamentação

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Quanto ao mérito do presente projeto de lei, não há como deixar de reconhecer a importância da matéria tratada, considerando que a finalidade do Conselho Nacional de Secretário de Educação - Consed, é o desenvolvimento e implementação de políticas de melhoria da educação básica, utilizando-se de vários mecanismos, estratégias e parcerias entre as Secretarias de Estados, promovendo a troca de experiências e conhecimento.

Conclusão

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei sob nº 705/2005.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Requerimento nº 4082, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoioamento dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da Proposição nº 061/2005, item 16 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 061/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o pagamento do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, criado pela Lei nº 8927, de 28/12/88, alterada pela Lei nº 10.064, de 17/07/92, com precatórios de natureza alimentícia. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 135/2004.

Curitiba, 15 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 153/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 167/2004, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar a utilização de precatórios de natureza alimentícia, para pagamento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos, de que tratam as Leis nºs 8.927/88 e 10.064/92, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo 2º.

O mencionado artigo 2º, não foi acolhido por ter sido considerado contrário ao interesse público, pois, como define regras que estão na esfera de competência interna do Poder Executivo, estabelecendo restrições à autoridade administrativa, no que lhe cabe simplesmente adotar.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 167/2004, encontra-se publicado no DA nº 039/2004, de 10/05/2004, pág. 09).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 061/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objeto de veto parcial do Governador, autoriza o pagamento do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens, criado pela Lei nº 8927/88, com precatórios de natureza alimentícia.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria de fazer um apelo aos Srs. Parlamentares, mas não da Mesa Executiva. Então passo a Presidência para o Deputado Neivo Beraldin, momentaneamente.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) (Para Encaminhar)

Srs. Parlamentares, gostaria de fazer um apelo não ao Líder do Governo e ao Líder do PMDB, mas a todos os Parlamentares, no sentido de derrubarmos o veto apostado ao projeto de Lei nº 167/2004.

Quero fazer uma rápida explicação sobre esse projeto. Ele autoriza o Poder Executivo a receber o imposto sobre a transmissão *causa mortis*, que é 4% sobre o valor do imóvel, com precatórias alimentícias de posse do interessado, da viúva, do filho do *de cujos*.

Temos aqui no Paraná alguns casos que a pessoa falece e a família não tem como fazer o inventário justamente por causa do *causa mortis* que é de 4% e às vezes tem precatório alimentício do próprio Estado.

Não é para comprar precatório alimentício de terceiros, mas sim da própria família, se for possuidora.

Faço um apelo a todos os Parlamentares. É um projeto muito justo; vai beneficiar algumas famílias no Paraná que não puderam concluir seu inventário por não ter recurso para pagar o *causa mortis* e possam normalizar sua situação jurídica.

Faço um apelo no sentido de votarmos. NÃO.
Muito obrigado!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para informar aos Deputados da base aliada, em nome do Líder do Governo, que a Bancada está liberada para derrubar o veto.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Solicito ao 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para que procedam à votação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)
(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos Deputados Hermes da Fonseca e Neivo Beraldin para que procedam ao escrutínio dos votos.

Pela derrubada do veto - 35 votos.

Pela manutenção do veto - 11 votos.

Nulos - 02 votos.

Votantes - 48.

Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

TEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 068/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria a função de ouvidor corregedor nas universidades e faculdades estaduais do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 126/2005.

Curitiba, 27 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 153/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 009/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão do motivo adiante exposto.

Objetiva o autógrafo criar a Ouvidoria nas universidades e faculdades estaduais, como órgão de assessoramento administrativo no que concerne à comunicação com a comunidade, visando o aperfeiçoamento das ações institucionais.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que trata de matéria reservada à iniciativa privativa do Governador do Estado, afrontando, desta forma, o artigo 66 da Constituição Estadual.

Essa a razão que me levou a vetar o projeto de lei em epígrafe que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 009/2005, encontra-se publicado no DA nº 063/2005, de 20/06/2005, pag. 29).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 068/2005**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo criar a função de ouvidor corregedor nas universidades e faculdades estaduais do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Q

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

Quarenta e seis Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido os Deputados Duílio Genari e Elza Correia para o escrutínio dos votos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Só para citar a presença do Prefeito de Santa Cecília do Pavão, Edmar Santos, que se encontra nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas ao Prefeito e a todos os nossos visitantes!

NÃO - trinta e sete; SIM - sete e NULO - três.

Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Obrigado, Srs. Deputados!

Requerimentos:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 4045 a 4047, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4049 e 4050, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4051 e 4052, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4056, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 4058 e 4095, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4060, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Cesar Seleme, com apoio dos Srs. Deputados Chico Noroeste, Duílio Genari, Ademir Bier e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4064 a 4066 e 4071 a 4077, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4067, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4068, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4069 e 4070, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4078, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4080, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 4097, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão; marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 293, 459 e 525/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 486, 564 e 667/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 191, 590, 591, 594, 605 e 647/2005.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira dia 14, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322, 464, 493, 527, 668, 696, 703, 710, 711, 765, 766, 772, 782 e 788/2005, e do Projeto de Resolução nº 025/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia,

oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n°s 437, 450, 451, 556, 557 e 670/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão,

lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária